



Jornal do
EXÉRCITO



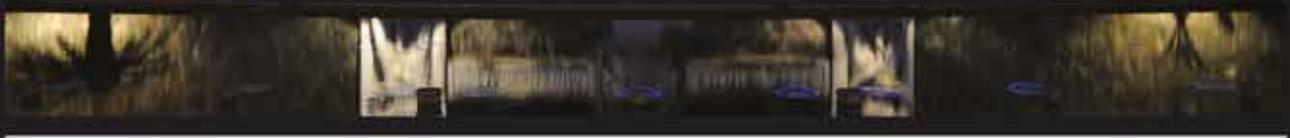
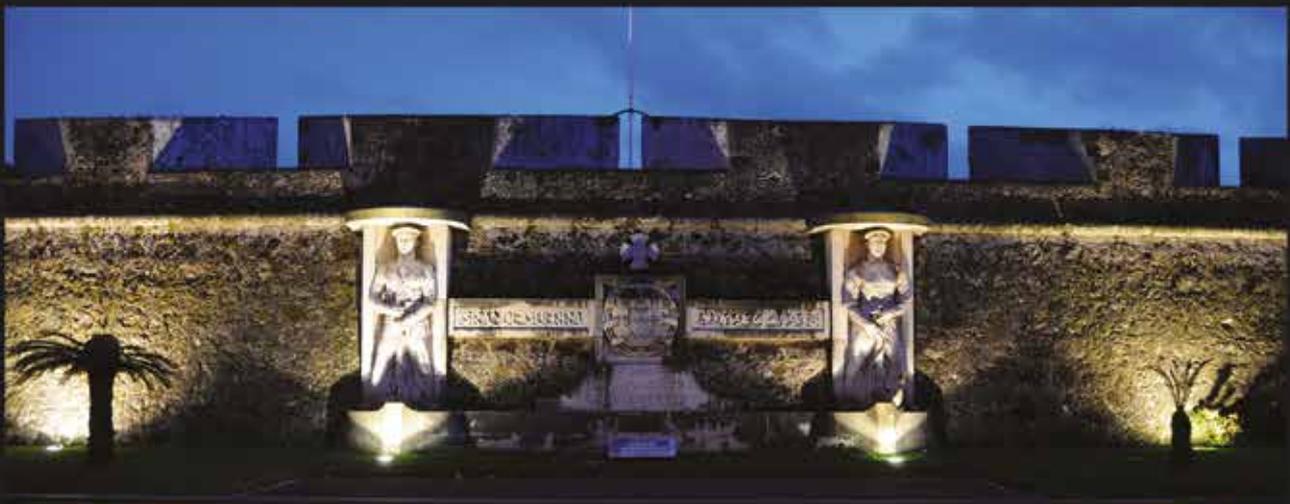
Dia de Portugal



MUSEU MILITAR DOS AÇORES

"Forte de São Brás – Lugar de memória e cultura militar!"

Fort of São Brás - a place of memory and military culture!



SUMÁRIO



05 Editorial

06 Em Foco

Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

14 Atualidades

Capacidades

A Capacidade de Informações de Sinais e Guerra Eletrónica na Função de Combate

Informações

Lições Aprendidas, a sua evolução

Exercícios

ROSA BRAVA

Unidades

O Regimento de Guarnição n.º 1 e a sua integração regional

Divulgação

Santo António Militar

Imagem do Mês

34 Cultura e Lazer

Visão da História

A defesa do arquipélago da Madeira na Segunda Guerra Mundial

A Companhia de Transmissões n.º 5 em Angola

46 Desporto e Saúde

50 Acontecimentos



Órgão de divulgação e preservação da cultura militar, nos termos da alínea a), do artigo 75.º, do Decreto Regulamentar n.º 11/2015, de 31 de julho

PROPRIEDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Morada: Rua do Museu da Artilharia, 1149-065 LISBOA

Contactos: Tel. civil: 218 842 300 | Tel. militar – 423 000 | Fax civil:

218 842 527 | Fax militar: 423 227 | e-mail: eme@exercito.pt | SEDE DA

DIREÇÃO, REDAÇÃO, EDIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Palácio dos Condes de

Resende, Campo de Santa Clara, 34, 1100-469 Lisboa.

NIPC: 600021610 | Contactos: Tel. civil: 213 567 795 | Tel. militar:

414 026 | Fax civil: 213 567 791 | Fax militar: 414 091 | e-mails: [JE@](mailto:JE@exercito.pt)

exercito.pt | site oficial: www.exercito.pt | Estatuto Editorial: [https://](https://www.exercito.pt/pt/quem-somos/organizacao/ceme/gabeceme/je)

www.exercito.pt/pt/quem-somos/organizacao/ceme/gabeceme/je

Diretor:

Coronel José Costa dos Reis

Subdiretor e Chefe de Redação:

Adjunto da Direção:

Sargento-Mor Carlos Claudino

Condutor do Diretor:

Primeiro-Cabo Márcio Quintela

Redatora/Revisora:

Técnica Superior Ana Rita Carvalho

Assistente de Redação:

Sargento-Ajudante Mónica Martins

Design/Paginação:

Aspirante a Oficial Vânia Fernandes

Técnica Superior Tânia Espírito Santo

Secretaria e Distribuição:

Sargento-Chefe David Custódio; Primeiro-Cabo Ana Gavino;

Assistente Técnica Guiomar Brito

Grafismo:

Sargento-Ajudante Mónica Martins e Técnica Superior Tânia

Espírito Santo

Colaboração Fotográfica:

CAVE; RCRPP/GabCEME; Sérgio Garcia

Impressão Gráfica:

MX3 – Artes Gráficas, Lda. – Parque Industrial Alto da Bela Vista,

Pavilhão 50, Sulim Park, 2735-340 Cacém, Tel: 219 171 088/89/90,

e-mail: clientes@mx3ag.com

Tiragem: 3 750 exemplares. Depósito Legal n.º 1 465/82 ISSN –

0871/8598. Preço de Capa: €2,00; Assinatura anual (11 números): via

superfície – Continente, Açores e Madeira: €20,00; via aérea – países

européus: €45,00; restantes países: €65,00.

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não refletindo, necessariamente, o pensamento do Comando do Exército Português.

Capa:

Hastear da Bandeira (Fotografia: Repartição de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo)

1960

Em 1963, o JE é transferido para o Largo da Graça, em Lisboa

1970

1980

1990

Nos anos noventa o recurso à fotografia passa a ser uma constante

Liderança em Combate

No ano de 2007, o JE muda-se para o Palácio Vilalva

2000



Em 2017, o Palácio Condes de Resende passa a ser a nova morada do JE

2010

EXÉRCITO

2010 é o ano de "bodas de ouro"; o JE comemora o seu 50º aniversário



2020

... 2023

Caros leitores,

Na sequência da concretização do Plano Editorial do corrente ano, atribuindo-se a cada edição uma temática principal, neste mês de junho o enfoque vai para as Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, mormente para as atividades realizadas pelo Exército Português no âmbito dessas comemorações.

Divulgaremos ainda aspetos menos conhecidos do público em geral, designadamente a Capacidade Terrestre de Informações de Sinais e Guerra Eletrónica, na função de Combate Informações, e a capacidade de Lições Aprendidas do Exército, tendo em conta a sua evolução.

No que respeita ao treino operacional, descortinaremos os exercícios da série ROSA BRAVA, da Brigada Mecanizada, sediada no Campo Militar de Santa Margarida.

Na rubrica *Atualidades*, damos ainda destaque à integração regional do Regimento de Guarnição n.º 1, sediado na Ilha Terceira, nos Açores, focando as atividades realizadas por esta Unidade e o relacionamento das mesmas com a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

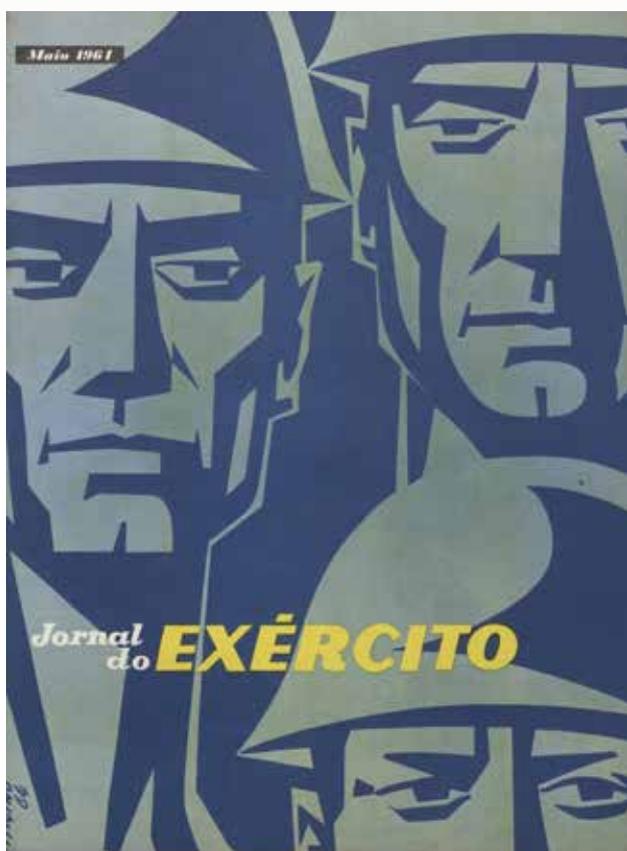
No mês em que é celebrado na sua cidade natal, Lisboa, ficaremos também a conhecer a curiosa ligação de Santo António ao Exército Português.

Na parte da revista dedicada à *Cultura e Lazer*, concretamente na *Visão da História*, destacamos o artigo sobre a defesa do arquipélago da Madeira na Segunda Guerra Mundial e sobre a projeção, em 1995, da Companhia de Transmissões n.º 5, no âmbito da Operação das Nações Unidas em Angola.

O *Jornal do Exército* sente-se honrado pela prestimosa colaboração do Mestre Fábio Rodrigues Leitão e do Brigadeiro-General Carlos Ribeiro, na elaboração e construção dos artigos em apreço.

Por último, e no espaço destinado ao *Desporto e Saúde*, destacamos um artigo sobre a Hipertensão Arterial e como prevenir este silencioso risco.

Como sempre, boas leituras! *JÉ*



Coronel de Artilharia José Costa dos Reis
Diretor do *Jornal do Exército*

Capa do *Jornal do Exército*, "Exército Português", maio de 1964,
desenho de Higino

Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas



Comemora-se, a 10 de Junho, o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. A celebração da data nacional remonta a 1880, ainda na vigência da Monarquia, quando se assinalou o tricentenário da morte do poeta Luís Vaz de Camões, devendo-se à iniciativa de Teófilo Braga e de uma comissão executiva, curiosamente composta, na sua maioria, por republicanos. Foi contudo o deputado Simões Dias¹ quem levou ao parlamento um projeto para que o dia 10 de Junho fosse considerado o dia festivo nacional e assim viria a ser.

A evocação do poeta maior da Língua Portuguesa e a sua identificação com o Dia de Portugal adquiriam então um grande simbolismo, pautado também por forte marca ideológica, fazendo reemergir o lado épico da História, tendo nesse contexto particular um sentido regenerador, o de recuperar um passado glorioso. E assim prevaleceria. A figura inigualável de Camões desde há muito se tornou um símbolo de Portugal e é quase um lugar-comum ci-

tar o Poeta nos discursos oficiais, sendo ele um referente máximo dos valores e da cultura nacionais, convertido numa espécie de brasão, uma imagem representativa de um percurso de vida que condensa a nossa História, feita de ciclos de grandeza e decadência.

A comemoração do tricentenário da morte do Poeta, em 1880, provém de um “culto da humanidade” e de um sentido laico (herdado da Revolução Francesa), veiculado em “representações simbólicas do Estado-Nação para consensualizarem o seu poder (...) substituindo formas e funções do ritualismo religioso para construir uma nova memória nacional”². Curiosamente, estas novas formas de ritualismo de cariz civil permanecerão, durante todo o século XX e até à atualidade, atravessando regimes políticos diversos e múltiplas representações sobre Portugal.

Já na vigência da República, em 1929, o 10 de Junho é decretado como feriado nacional, e durante o Estado Novo foi comemorado como “Dia de Camões, de Portugal e da Raça”, sendo ainda presentes, na memória de

muitos portugueses, os majestosos desfiles militares que decorriam na Praça do Comércio, em Lisboa, onde se homenageavam os combatentes em África e onde eram condecorados postumamente os militares mortos em combate.

Depois do 25 de Abril de 1974, a data adquiriu nova designação, passando a “Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas”, por decreto de 4 de março de 1977, assumindo novo simbolismo, ao abarcar as comunidades portuguesas espalhadas pelos cinco continentes, numa visão universalista, tendo a uni-las a Língua Portuguesa, com que o Poeta épico imortalizou os feitos do seu singular Povo.

A identificação com as Forças Armadas prevaleceu, atravessando regimes políticos diferentes e formas de celebração também diversas. Talvez porque a História de Portugal é indissociável das suas Forças Armadas e em particular do Exército Português, desde a fundação de Portugal até um passado mais recente. A associação do Exército ao Dia de Portugal sublinha, assim, o carácter eminentemente nacional da Instituição Militar. E também a sua crescente modernização e internacionalização, quando se pensa nos últimos 30 anos e na projeção de Forças Nacionais Destacadas, em que o Exército tem contribuído para a construção da Paz, a estabilização de territórios massacrados pela guerra, a reconstrução de Estados falhados, destacando-se na salvaguarda da vida humana, na defesa do Direito internacional humanitário e na promoção dos valores da liberdade e da democracia. Por outro lado, a participação do Exército em missões de apoio à paz, de cooperação e outras tem também reforçado o estatuto de Portugal em organizações internacionais, como a ONU, a UE e a NATO, bem como junto de países amigos e aliados, no âmbito da sua política externa.

Porém, a identificação entre o Exército e a Nação, ou os Portugueses, subliminar ou explícita, através da celebração ritualizada de efemérides como o Dia de Portugal e de



Camões, o Dia dos Combatentes ou o próprio Dia do Exército, significa também a partilha de uma identidade cultural, de um modo português de ser, de estar e de se relacionar com os outros. Um modo de ser e estar que tão bem têm caracterizado a atuação dos nossos militares além-fronteiras, facilitando a sua adaptação aos teatros de operações mais diversos, a integração entre povos e culturas em tudo diferentes, contribuindo inegavelmente para o sucesso das missões em que se têm envolvido.

No seu discurso proferido no 10 de Junho, o Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, enaltecia os militares portugueses e a vocação universalista que nos caracteriza, nos seguintes termos:

[É recordar] as nossas Forças Nacionais Destacadas a construir a paz no nosso continente de origem e em muitos outros. Sendo as mais perdidas e as mais louvadas de todas. Símbolo destes marinheiros, soldados e aviadores aqui, hoje, presentes que bem merecem o nosso cuidado, a nossa atenção e o nosso desvelo. (...)

Temos um peso no mundo muito, muito maior de longe do que o nosso território terrestre (...) É a nossa vocação de sempre: fazemos pontes, sermos plataforma entre oceanos, continentes, culturas e povos.

Também neste sentido a evocação de Camões ganha atualidade, tendo ele mesmo sido militar e percorri-

do os marítimos caminhos atravessados pelos navegadores, heróis da sua epopeia, *Os Lusíadas*, isto é, os Portugueses. E, como Poeta, cantado a viagem (e dispersão de uma alma errante) e abarcado a experiência de um momento entre todos glorificado na História de Portugal, fixando os mitos e as memórias mais vinculados no coletivo da História, e convertendo a memória desse tempo em escrita poética, identificando-se ele próprio com o Portugal que cantou. *Os Lusíadas* são, por isso, o livro identificador de Portugal e não por acaso o seu autor é o rosto de uma Pátria que fez coincidir a data nacional com a da morte do Poeta.

A viagem e a errância personificadas na vida e obra de Camões são também metáfora da História nacional e readquirem significado neste tempo de globalização e universalidade, em que as fronteiras tradicionais se esbatem e que as alianças de países – mormente a nível da Defesa e da Segurança, corporizadas pelas suas Forças Armadas – se torna uma realidade não só necessária mas imperiosa. É que, se por um lado se assiste ao fenómeno da globalização, por outro, reemergem separatismos regionais, cisões ideológicas e políticas e o acentuar de extremismos que resultam num processo contrário de fragmentação e atomização, numa lógica paradoxal.

O Presidente da República, no



seu discurso do 10 de Junho, destacava precisamente esta vocação universalista e também solidária, dos Portugueses:

... só somos verdadeiramente Portugueses na medida em que sempre fomos e somos universais, sempre disponíveis para a solidariedade em relação aos outros – como aquele nosso compatriota Manuel Ponte, há dois dias (...).

Comemorar o Dia de Portugal adquire renovado sentido num tempo de globalização, em que o País cumpre uma ancestral vocação, iniciada há seis séculos, quando se lançou ao “mar sem fim” como o definiu Fernando Pessoa, permanecendo, para além da memória histórica, uma comunidade de países unidos pela nossa língua. A Língua Portuguesa, que Camões elevou à mais apurada expressão, é hoje falada nos cinco continentes por cerca de 250 milhões de pessoas, sendo, como destacou o Chefe de Estado, “a quinta língua mais falada [no] mundo, a segunda língua mais falada no hemisfério sul, e, também, no hemisfério sul a segunda mais usada no digital.” Através da Língua Portuguesa e, muito para além do império territorial, permanecerá um espaço cultural que une os Países de Língua Oficial Portuguesa e neles encontra traços de identidade e

de afetividade reconhecidos num falar comum.

A lusofonia constitui hoje o horizonte global de uma nova lusitanidade, onde o passado se reúne ao presente e a cultura e identidade nacionais dialogam com outras culturas, diálogo no qual sai reforçada a identidade indefetível entre Países de Língua Oficial Portuguesa. Neste espaço (e tempo) da lusofonia acentua-se igualmente a ligação entre os elementos da tríade “Portugal”, “Camões” e “Comunidades Portuguesas”, a que se acrescenta um quarto elemento comum e seu elo de ligação, as “Forças Armadas”, elementos todos eles convocados na data nacional.

O Peso da Régua foi a cidade escolhida pelo Presidente da República para o acolhimento das Comemorações do Dia de Portugal, a par da África do Sul. A designação da cidade duriense surge no contexto da nomeação do Douro, Património da Humanidade, como Capital Europeia do Vinho em 2023. A distinção agora alcançada, uma das mais importantes da história desta secular zona vinícola, com um forte cunho cultural ligado à imagem do vinho e da vinha, surge numa iniciativa europeia, que teve lugar em Bruxelas, em 2015, e distinguiu como Património da Humanidade a região vitivinícola

demarcada e regulamentada mais antiga do Mundo.

Conforme destacou o Presidente da República, no seu discurso:

[O 10 de junho] É celebrado em Peso da Régua. Cidade do interior. Que nunca foi nem capital de distrito, nem cabeça de diocese.

É celebrado, ao mesmo tempo, por dezanove municípios do Centro e do Norte, dos antigos distritos de Viseu, Guarda, Vila Real, Bragança que têm em comum o Douro.

O “Douro profundo, majestoso, monumental”, como o descreveu o Chefe de Estado, uma paisagem inigualável moldada pela Natureza e pela tenacidade humana, é também imagem e metáfora da História nacional, “porque nele tivemos muitas das nossas raízes, por que foi, por que é, por que será sempre exemplo da vontade, da persistência, da determinação dos homens e das mulheres na luta diária perante uma Natureza única, mas avassaladora, inclemente quase indomável.”

O Douro é igualmente evocação da paisagem cultural portuguesa, e nossa memória. É “o Douro de Junqueiro, o Douro de Aquilino, o Douro de Torga, o Douro de Araújo Correia, o Douro de Armada Passos e o Douro, em si próprio, História de Portugal.”, nas palavras de Marcelo Rebelo de Sousa. E é também uma paisagem-símbolo da resistência às condições duras impostas pela Natureza ou decorrentes das adversidades com que nos fomos confrontando, enquanto Povo, ali lembradas pelo Chefe da Nação, desde a conquista da Independência e sua manutenção, até à partida para outros horizontes e paragens, pelos cinco continentes, sendo então “menos de um milhão” e espalhando-se “por todo o mundo onde poucos mais estiveram”. E também, em solo pátrio, as duras condições da existência, que a região envolvente do Douro tão bem materializa – “este Douro que tornámos de novo navegável, e tantos velhos do Restelo não acreditavam, hoje, aqui está no seu potencial, contribuindo para o desenvolvimento da região e o bem-estar dos seus habitantes.” (idem).

O Douro e seu património mate-

rial e imaterial sintetiza bem a História de um País marcado pela errância mas também pelo enraizamento, a ligação à raiz, ainda que em solo duro e agreste, demandando um esforço acrescido, e conjunto, para se converter em realização perene. Ou, como também observou o Presidente da República:

Confrontados com os Douros todos das nossas existências – gigantescos, mas difíceis de conquistar e de converter, de montanhas em socacos de vida. Muitas vezes sozinhos, mas mais fortes se unindo energias e ultrapassando egoísmos sem nunca cedermos na nossa Independência.

Neste ano 2023, foi constituída uma Comissão para as Comemorações do 10 de Junho, presidida por João Nicolau de Almeida, um dos grandes enólogos do Douro, e integrando também o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, a Secretária-Geral da Presidência da República e o Chefe do Protocolo do Estado.

O Exército assumiu um papel central nas comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, através de um programa que se estendeu de 5 a 11 de junho e contou com diversas iniciativas, destacando-se naturalmente a Cerimónia Militar do 10 de Junho, presidida pelo Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, a qual decorreu naquela cidade, na Avenida do Douro.

O lançamento das comemorações coincidiu simbolicamente com a Final da Taça de Portugal, que teve lugar no Estádio Nacional, no Jamor, em 27 de maio (futebol feminino) e 4 de junho (futebol masculino). O programa do Dia de Portugal foi, como é habitual, enriquecido pelas iniciativas levadas a cabo pelas Forças Armadas, em que o Exército teve forte expressão, designadamente através de exposições estáticas de material e equipamento e de divulgação na área do recrutamento, um certame acompanhado por demonstrações das atividades militares dos três Ramos, no Cais da Régua.

A exposição das Forças Armadas contou com 199 militares, 10 viaturas

e 29 expositores, ocupando uma superfície com mais de 1100 metros. No local, os visitantes puderam interagir com os equipamentos, que despertaram a atenção, quer dos mais idosos, que iam recordando o seu tempo de Serviço Militar ou as memórias dos seus familiares, quer dos mais jovens, já familiarizados com as novas tecnologias, como os *drones* e simuladores.

No respeitante ao Exército Português, destacaram-se, pela sua atratividade, uma torre multiatividades e, pela primeira vez, pistas de tiro dinâmicas (utilizando tecnologia *air soft* e *laser*). O Agrupamento Sanitário e o Laboratório Nacional do Medicamento marcaram presença, através de mostras de meios e também de serviços, tendo assegurado a medição de tensão arterial e colesterol, em articulação com o Hospital das Forças Armadas, num total de 755 rastreios realizados e de mais de 1000 sacos-oferta distribuídos. A exposição recebeu cerca de 3350 visitantes, tendo o Centro de Recrutamento de Vila Nova de Gaia registado mais de meia centena de intenções de candidatura.

Numa outra vertente, o Exército apresentou uma mostra das capacidades, materializadas nos meios que equipam as forças ligeiras, médias e pesadas, numa síntese que abrange o espectro de missões em que participa, seja em operações militares seja em operações de apoio civil.

De entre os meios e capacidades dados a conhecer ao público, desta-

cam-se, pela sua grande visibilidade, os UAV (*Unmanned Aerial Vehicles*) *Raven*, ilustrativos da capacidade de Informação, Vigilância e Reconhecimento, que presentemente operam na República Centro-Africana, e também nas patrulhas de vigilância e dissuasão, no apoio do Exército no combate aos incêndios florestais. Complementarmente, foi também dado a conhecer um posto de comando da Unidade de Apoio Militar de Emergência, o qual integra o sistema do Exército Português na resposta a emergências complexas, e uma Unidade com valências únicas para a cartografia nacional.

Estiveram igualmente patentes expositores dedicados ao recrutamento, que divulgaram as diversas modalidades de prestação do Serviço Militar, tendo sido organizadas visitas de escolas e associações locais à exposição de meios das Forças Armadas, as quais contaram com forte adesão. No final da visita, foi ainda possível a todos provar uma pequena lembrança gastronómica confeccionada na padaria de campanha.

Promoveram-se ainda outras iniciativas, no âmbito do Programa de Divulgação das Forças Armadas, nomeadamente as atividades “Alista-te por um dia!”, que decorreu entre 5 e 9 de maio, junto da exposição das Forças Armadas; “Cidadania e Forças Armadas”, realizada em 6 de junho, em escolas de municípios pertencentes à Comunidade Intermunicipal do Douro; e “Portugal e Forças Arma-





das”. Neste âmbito cultural/educativo realizou-se, na mesma data, em duas escolas daquela Comunidade Intermunicipal, uma palestra promovida pelo Instituto Universitário Militar e subordinada ao tema “Cidadania e as Forças Armadas!”.

Em termos gerais, a Exposição das Forças Armadas patente neste Dia de Portugal evidenciou algumas das áreas-chave definidoras da sua ação, destacando-se a inovação, associada ao capital de conhecimento e à tecnologia, que caracterizam a sua evolução e o potencial de emprego em qualquer teatro de operações e no amplo espectro dos conflitos atuais.

Merecem ainda destaque as atividades culturais militares, tradicionalmente dirigidas a uma população alargada e que têm merecido sempre um caloroso acolhimento por parte desta, nomeadamente os concertos das bandas militares dos três Ramos. Concretamente, em 7 de junho, a Banda Sinfónica do Exército deu um concerto no Mosteiro de S. João de Tarouca e a Orquestra Ligeira do

Exército atuou, em 9 de junho, no Cais do Peso da Régua. Para além dos concertos, tiveram ainda lugar os designados “momentos musicais”, que consistiram na atuação em pequenos concertos, de três a seis músicos, realizados junto à exposição de meios das Forças Armadas, durante o período em que esteve patente.

A culminar as atividades culturais militares, realizou-se, na noite de 10 de Junho, um concerto da Banda Conjunta das Forças Armadas, no exterior do Auditório Municipal do Peso da Régua, no termo do qual o Presidente da República condecorou a Banda da Armada, a Banda Sinfónica do Exército e a Banda de Música da Força Aérea como Membros Honorários da Antiga Ordem Militar de Sant’iago da Espada.

No âmbito cultural merece ainda referência a exposição fotográfica patente na Ponte Pedonal sobre o Rio Douro, realizada em parceria com a Casa Militar do Presidente da República e a Comissão Intermunicipal do Porto.

Pela sua elevada visibilidade e pela interatividade que proporcionam, estas iniciativas contribuem para divulgar, junto da população, a componente militar da Defesa Nacional, e bem assim a missão e razão de ser das Forças Armadas, desde sempre ao serviço das populações.

As atividades militares tiveram, como é habitual, o seu expoente máximo em 10 de Junho, na cerimónia presidida pelo Presidente da República, na Avenida do Douro, tendo contado com a presença de Altas Entidades civis e militares, nacionais e estrangeiras. O dispositivo de Forças em Parada incluiu, como é tradição, militares da Marinha, Exército e Força Aérea, integrando representantes da componente de Ensino e Formação do Exército (Academia Militar e Escola de Sargentos do Exército) e Estabelecimentos Militares de Ensino (Colégio Militar e Instituto Militar dos Pupilos do Exército), das Unidades dos três Ramos das Forças Armadas e da Componente Operacional do Sistema de Forças.

A Cerimónia Militar, enquadrada por uma moldura humana de centenas de pessoas, decorreu com todo o brio e solenidade e, de um modo geral, as iniciativas levadas a cabo pelo Exército no decorrer das comemorações, revelaram uma vez mais a imagem de modernidade, profissionalismo e operacionalidade dos militares portugueses e, bem assim, a relação, historicamente sedimentada, de confiança, de apreço e de orgulho que o Povo Português evidencia para com os seus militares. Pois, como também referiu o Presidente da República:

É esse o apelo deste Douro. Deste Douro que nos desafia todos os dias. Deste e de todos os Douros das nossas vidas. Pegarmos no impossível. Tentarmos uma vez, cem vezes, mil vezes. Falharmos mais do que acertarmos. (...) Só se não quisermos é que o nosso Portugal não será eterno.

E nós? Nós queremos que Portugal seja eterno! JE

¹ Simões Dias (1844-1899) foi poeta, professor, pedagogo e político, deputado à Assembleia Nacional durante a monarquia constitucional, no reinado de D. Luís.

² Carlos Cunha, “III Centenário da morte de Camões (1880)”, in *III Centenário da morte de Camões (1880).pdf* (uminho.pt), pág.2, Universidade do Minho, página consultada em 12 de junho de 2023.

Testemunhos



Armindo Guedes, 20 anos, natural do Peso da Régua

“Este tipo de eventos são uma mais-valia para a cidade. Já tive vontade de ingressar no Exército, no entanto estou a trabalhar para o Exército, como técnico de som, na montagem da exposição referente ao dia 10 de Junho de 2023. Este tipo de iniciativas trazem bastante movimento à cidade, é uma mais-valia, principalmente pelo facto de os jovens poderem vir a manifestar interesse em seguir uma carreira militar. Já não é o primeiro ano que participo no 10 de Junho e sempre que vejo as exposições, chamam-me bastante a atenção, é algo que é do meu interesse, principalmente as viaturas militares. Acho bastante interessante tudo em geral”.

Jorge Teles, 64 anos, natural da Madeira

“Estou aqui a passar férias e fui apanhado pelas comemorações do Dia de Portugal, tenho todo o gosto de estar aqui presente. O que gostei mais, até agora, foi o desfile, é algo que chama mais a atenção, nomeadamente pela diversidade dos equipamentos, não só do Exército, mas também dos outros Ramos. Já fui militar no Regimento de Guarnição nº. 3, na Madeira, este tipo de iniciativas faz-me relembrar os tempos em que fui militar, principalmente pela camaradagem que se cria no Serviço Militar. O Serviço Militar é importante, é uma experiência marcante e gratificante, ficam sempre aprendizagens e algumas amizades”.



Branca Lopes, 71 anos, natural do Peso da Régua

“Estou a gostar muito deste dia, movimentou muito a cidade, traz muita gente dos arredores. Já vi a exposição, e gostei muito de tudo o que vi. Gostei muito de ver o desfile com os militares, até filmei para recordar mais tarde, vi também os carros de combate, acho bastante interessante. Já enviei um vídeo para o meu neto que está em Lisboa. Ele gostava muito de poder estar aqui. Tive muita pena de os meus netos não terem vindo, porque era muito interessante para eles terem visto a exposição. Em geral, acho que este tipo de iniciativas é muito bom para toda a população”.



Beatriz Branco, 19 anos | Débora Oliveira, 19 anos | Tomás Branco, 9 anos, naturais do Peso da Régua

“Gostámos muito dos passeios de barco, dos jogos em 3D, dos carros de combate, dos obuses, no fundo, de tudo um pouco. Acharmos este tipo de eventos muito interessante para a região, está a ser um orgulho para nós ter esta celebração aqui no Peso da Régua. A cidade está muito mais movimentada. No futuro, quero entrar para a Academia Militar, no Ramo do Exército”.



António Gabriel, 65 anos, natural de Peniche

“Vim a um aniversário e conciliei a hipótese de vir aqui ver a cerimónia do 10 de Junho. Gostei da cerimónia, fez-me recordar os tempos em que era militar, tenho algumas saudades e estou arrependido de ter saído do Exército, se fosse hoje continuava seguramente. Vim também ver se encontrava algum antigo camarada, não encontrei nenhum da minha época, mas tenho encontrado alguns veteranos. O Exército é uma grande família, basta haver um símbolo em comum e toda a gente se reúne. Já vi a exposição quase toda. Este tipo de iniciativas é bom para a divulgação do Exército”.



João Gouveia, 18 anos, natural de Cambres

“Vim de propósito para vir assistir às Comemorações do 10 de Junho, estou a gostar de tudo o que vi até agora. Na exposição, do que gostei mais até agora foi do míssil STINGER. Já tive familiares militares, e eu, neste momento, sou militar, estou colocado em Queluz. Acho este tipo de atividades uma mais-valia para a região, pois trazem muito movimento à cidade nestes dias”.

Maria Barroso, 61 anos, natural do Peso da Régua

“Sou natural da região do Peso da Régua, mas vivo há muitos anos no Entroncamento e trabalho no Estado-Maior do Exército em Lisboa. Aproveitei para vir cá no fim de semana ver a exposição e a cerimónia da parte da manhã. A cerimónia foi linda, adorei! Já vi a exposição toda e gostei muito, acho muito importante este tipo de iniciativas para a divulgação do Exército e também da região”.



Eva Vieira, 7 anos | Diogo Silva 17 anos | Eliana Silva, 43 anos | Idalina Vieira, 65 anos

“Estou a gostar de ver os militares, hoje já vi carros de combate, o desfile. Também gostei do carro de combate onde entrei ontem, e dos carros camuflados”.

“Gostava de ingressar no Exército, mas ainda estou indeciso, hoje ainda só vi o desfile, mas o que gostei mais foi de ver os carros de combate, entrei neles e vi como funcionavam, fiz perguntas e já fiquei mais esclarecido sobre o funcionamento deles. Acho muito interessante este tipo de iniciativas para a região”.

“É muito interessante dar a conhecer as Forças Armadas à população para sabermos minimamente como é que funcionam os equipamentos militares e saber que estamos bem munidos de veículos e de muitos militares. Afinal, vale a pena investir nas Forças Armadas para um dia nos proteger em caso de guerra, espero que não aconteça, mas é bom saber que existe essa preparação. Vim cá passar o fim-de-semana e aproveitei para ver a exposição do Exército, acho que o itinerário para hoje e amanhã é muito interessante e é também muito interessante sabermos de tudo isto, toda a população devia ter este conhecimento, acho que faz parte do conhecimento geral de todos nós. Não fazia ideia de como é um carro de combate, um míssil e um veículo camuflado, ainda bem que existem para nos proteger”.

“Estou a gostar muito do que vi, não conhecia a maior parte dos veículos militares, ainda vou ver mais, tive um familiar na Guerra Colonial foi um grande orgulho na família. Estou a adorar, este tipo de iniciativas é uma mais-valia para a região, é uma região que merece tudo. Sem contar, vim ver uma coisa espetacular”.





Luís Guedes, 66 anos, natural do Peso da Régua

“Estou a gostar bastante, vou ainda visitar a exposição. Estou aqui para ver tudo, pois gosto muito do Exército. Fui militar na Força Aérea, mas trabalhei com pessoas do Exército no Centro de Seleção de Coimbra. Na altura, trabalhavam lá os três Ramos das Forças Armadas, era onde se faziam as inspeções, naquela altura iam 700 homens por semana à inspeção, eram outros tempos... Este tipo de iniciativas faz-me lembrar o meu tempo de tropa, que deixa saudades. Amanhã vou voltar para ver a cerimónia”.

João Castilho, 16 anos | Cláudio Castilho, 45 anos, natural de Lisboa

“Achamos muito bom este tipo de iniciativas por parte das Forças Armadas, para divulgar a região. Nunca tínhamos vindo ao Peso da Régua, aproveitámos para conhecer a região e estamos a achar muito bonito. Viemos de propósito para ver a Cerimónia, pois o meu filho é militar e está a participar, gostámos muito da cerimónia, é importante para divulgar as nossas Forças Armadas”.



Kyrylo Kuzin, 19 anos | Carolina Sousa, 20 anos

“Estamos colocados no Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1, em Queluz, e hoje estamos a dar apoio na exposição do Exército. Estamos aqui a apresentar um sistema antiaéreo, o míssil portátil STINGER. As pessoas estão a aderir bastante bem à exposição, que tem tido algum movimento, principalmente no dia de hoje, o dia da cerimónia do 10 de Junho. Este tipo de atividades é excelente para divulgar o Exército, principalmente junto dos mais jovens para que ganhem interesse em, talvez, um dia, ingressarem nas Forças Armadas”.

João Torres, 19 anos | Jorge Rodrigues, 20 anos | Márcio Almeida, 20 anos, naturais de São João da Pesqueira

“Viemos de propósito para ver a exposição, está a ser uma experiência incrível. Estamos a gostar de tudo, mas em especial do desfile porque é alusivo àquilo que é a História de Portugal. Somos candidatos para ingressar no Exército, vamos iniciar a recruta no próximo mês, em Chaves. Este tipo de iniciativas cativa a vinda de pessoas para o Exército, pois muitas pessoas não têm noção do que é o Exército e assim ficam a conhecer um pouco mais sobre a vertente militar”.



A Capacidade de Informações de Sinais e Guerra Eletrónica na função de Combate Informações

Num ambiente operacional marcado por uma rápida disseminação da informação e dominado pelas tecnologias da Informação, desempenha um papel crucial no apoio às operações militares, permitindo obter vantagem no campo de batalha

Militares do Batalhão de Transmissões e da Companhia de Guerra Eletrónica



O cenário geopolítico mundial com todas as suas “velhas e novas” alianças e rivalidades, com os seus conflitos regionais e interesses estratégicos, é certamente caracterizado pelas constantes e complexas evoluções políticas, tecnológicas e sociais. Assim, o conflito contemporâneo decorre, indubitavelmente, num Ambiente Operacional (AOp) Volátil, Incerto, Complexo e Ambíguo (VICA). Expõe um adversário *peer-to-peer* ou

near-peer, que se materializa através de ameaças híbridas fortemente apoiadas em Tecnologias de Informação (TI) e altamente imbuídas no Ambiente de Informação (AInfo), criando cenários que exigem um pensamento baseado numa visão focada na resolução do problema, em Informação que se reflita num pensamento crítico e construtivo, em clareza para filtrar o problema, até à sua origem, e em agilidade para se adaptar rapidamente às diversas

alterações de situação, de forma a garantir respostas ágeis e oportunas – pensamento VICA.

Este facto é facilmente constatado no conflito Ucrânia-Rússia onde a utilização de novas tecnologias como a Inteligência Artificial e ciberrataques aliados à utilização de Sistemas Aéreos Não Tripulados e a uma rápida disseminação da informação, através das redes sociais e dos *media* digitais, evidenciam sincronismo na projeção de poder em vários vetores, para além do vetor militar, e mudam constantemente a dinâmica do AOp. O Exército deve estar preparado para enfrentar as diversas ameaças contidas neste AOp, garantindo a efetividade operacional e a segurança das Operações Militares Terrestres (OPMILTER) existentes ou emergentes.



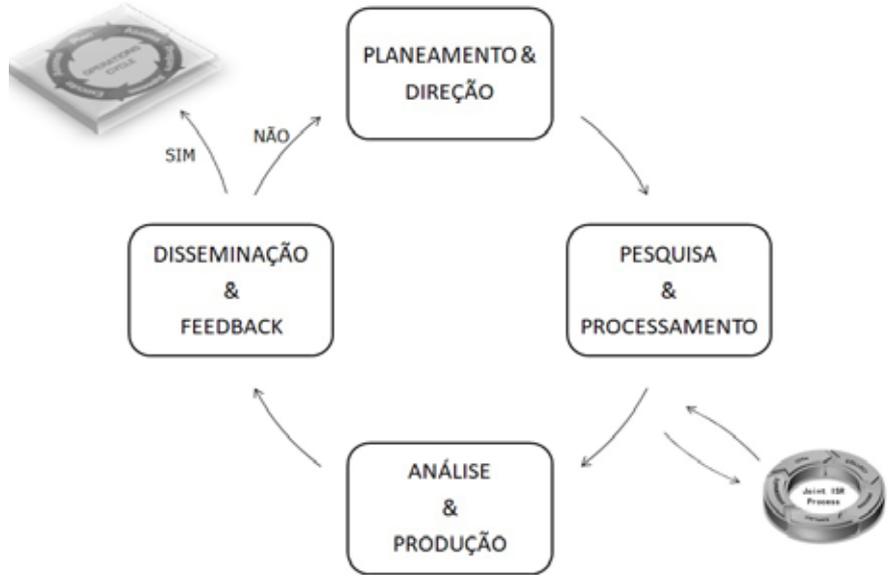
Cenários VICA versus pensamento VICA

FCI – “Iluminando o Campo de Batalha”

A Função de Combate Informações (FCI) desempenha um papel crucial nas OPMILTER, ao fornecer informações críticas sobre o AOp e identificando as capacidades, possibilidades, vulnerabilidades e intenções do Inimigo (IN), permitindo que os Comandantes tomem decisões informadas e conduzam com sucesso as suas OPMILTER.

A FCI utiliza o Ciclo de Produção de Informações (CPI) como metodologia de trabalho. O CPI consiste

Ciclo de Produção de Informações e a sua relação com os ciclos e ISR e de Operações



num conjunto de atividades sistemáticas, estruturadas, correlacionadas e essenciais para a produção de Informações relevantes, pertinentes, oportunas e de alta qualidade.

Na senda de um cenário VICA tecnologicamente em crescimento, os Sistemas de Armas e Redes de C4ISR (Comando, Controlo, Comunicações, Computadores, Informações, Vigilância e Reconhecimento) são cada vez mais dependentes da efetiva disponibilidade do Espectro Eletromagnético (EEM) para troca de informação, sincronização, navegação ou para serem capazes de detetar e seguir alvos. Assim sendo, o EEM afirma-se como um recurso crítico para as OPMILTER modernas e um ambiente especialmente importante para a FCI. Como se tem assistido no atual conflito Ucrânia-Rússia, a Capacidade Terrestre de Informações

de Sinais e Guerra Eletrónica (CTISGE) constitui-se como um importante órgão de pesquisa de informações no funcionamento da FCI.

CTISGE – “O domínio sobre o espectro e a desvenda da verdade nos sinais”

A CTISGE é uma capacidade crítica no AOp atual e desempenha um papel fundamental na FCI e no apoio às OPMILTER. Por meio da aquisição, exploração e processamento de dados eletrónicos, fornece Informações valiosas sobre as capacidades, intenções e dispositivo do IN, ao mesmo tempo que permite o domínio sobre o EEM, negando, explorando e interrompendo as capacidades de C4ISR do IN e possibilitando obter clara vantagem no campo de batalha.

As Informações produzidas pela



A produção de Informações relevantes, pertinentes, oportunas e de alta qualidade está assente nas diferentes disciplinas de Informações

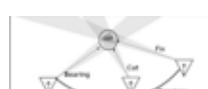
CTISGE são assentes num amplo espectro de dados eletromagnéticos do IN – os dados *per si* (conteúdo) e os meta-dados (dados acerca do conteúdo), não sendo sempre o conteúdo o mais importante.

Para adquirir, processar e disseminar esses dados, a CTISGE aplica tática e tecnicamente medidas de apoio eletrónico – conjunto de tarefas que visam a Pesquisa, Interceção, Identificação e Radiogoniometria – sobre o Ambiente Eletromagnético (AEM) onde vai operar.

As Informações que derivam deste processo podem ser usadas naquilo a que se chama *Actionable Intelligence*

Distinção entre Dados e Meta-dados



PESQUISA	INTERCEÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	RADIOGONIOMETRIA
<p>Levantamento do AEM de forma a segregar os sinais em grupos de Sinais de Interesse, consoante a intenção do seu emissor.</p> 	<p>Receção e registo dos Sinais de Interesse através de RF <i>Eavesdropping</i> (“escuta”).</p> 	<p>Identificação técnica e tática dos Sinais de Interesse em comparação com dados armazenados em Bases de Dados seguras.</p> 	<p>Localização aproximada de um Emissor de Interesse através da triangulação da interceção dos seus sinais.</p> 

Funcionamento geral das Medidas de Apoio Eletrónico

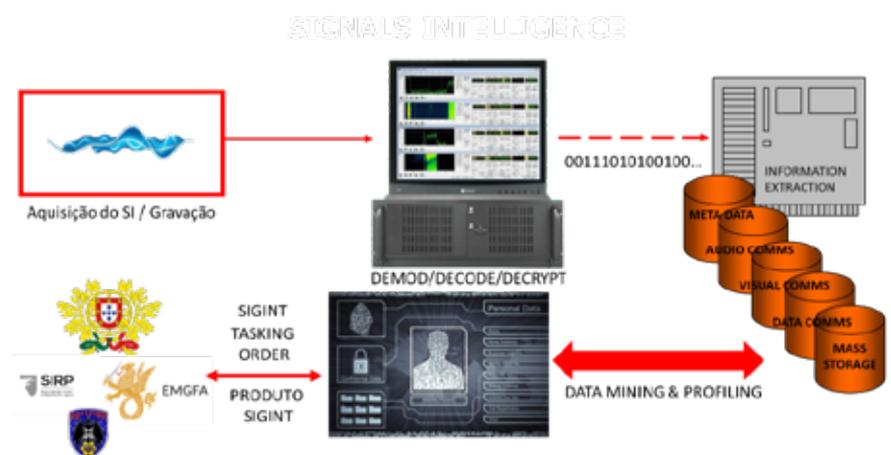
“... é imperativo para o Exército dotar-se de uma CTISGE efetiva e capaz de contribuir ativamente para a FCI com Informações de Fonte Única relevantes, pertinentes, oportunas e de alta qualidade (...).”

ce¹ para garantir o Aviso Oportuno de Ameaça ou serem integradas com outro tipo de Informações para serem utilizadas na definição das Linhas de Ação Estratégicas/Operacionais.

A CTISGE é empenhada como Órgão de Pesquisa de Informações de Fonte Única orgânico do Agrupamento de Informações, Vigilância, Aquisição de Objetivos e Reconhecimento (AgrISTAR²) e como *enabler*³ do *Special Operations Task Group* (SOTG) onde aplica a metodologia de trabalho da figura 1.

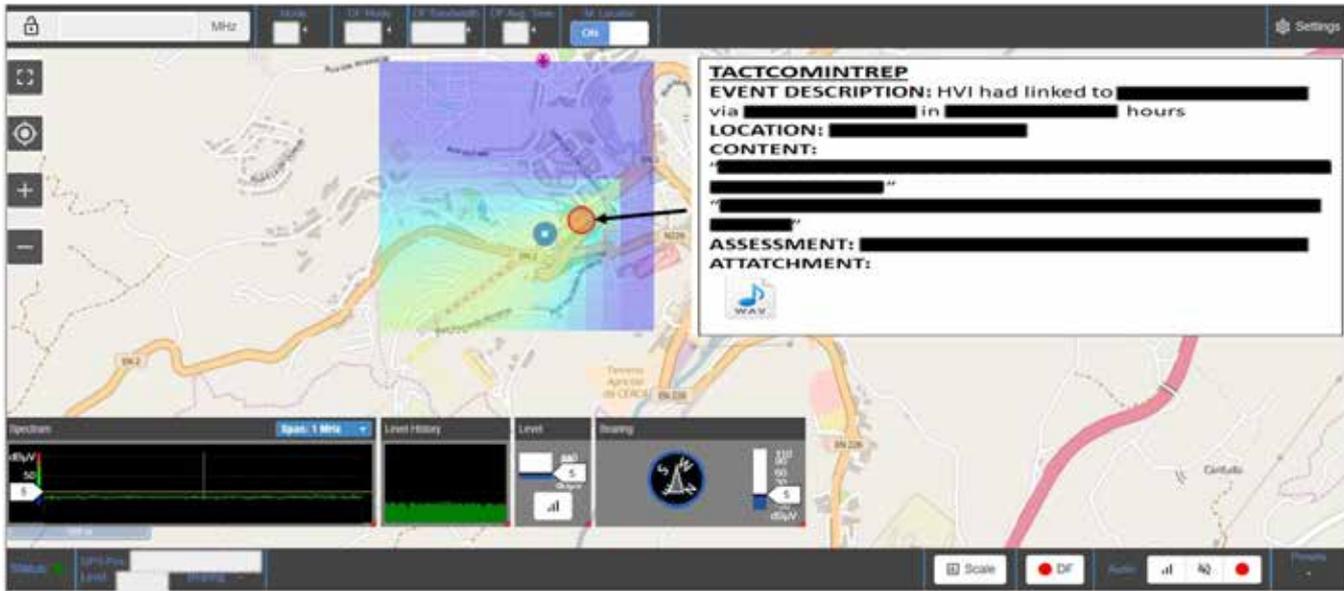
É necessário ter noção de que a geração deste tipo de Informações leva, na maioria das vezes, bastante tempo. Deve então ser devidamente ponderado o compromisso entre a utilidade/importância da informação e o tempo disponível.

Uma vez que este tipo de Informações é extremamente sensível, é apenas disponibilizado mediante as premissas da “necessidade de conhecer” e da “necessidade de partilhar”, de forma a salvaguardar a fonte dos dados, o conceito de atuação da capacidade e a técnica e tecnologia utilizadas.



A aplicação generalista da CTISGE no Agrupamento ISTAR e no SOTG (figura 1)

Exemplo de Produto entregue pela CTISGE no Agrupamento ISTAR e no SOTG



A CTISGE é operacionalizada, ao nível tático no Exército, exclusivamente pela Companhia de Guerra Eletrónica (CompGE) do Regimento de Transmissões (RTm) e tem como missão conduzir Operações Terrestres de Informações de Sinais e Guerra Eletrónica (OTISGE) integradas em OI e Informações a fim de contribuir para a superioridade de Informação/Decisão e mantendo a liberdade de ação no EEM apoiando as OPMILTER, existentes ou emergentes. Desde 2014, o Exército está a fazer um esforço substancial para reedificar a CTISGE através de um investimento elevado sustentado pelo Plano de Implementação do Projeto “Meios de Guerra Eletrónica” no âmbito da Lei de Programação Militar (LPM), que atualmente se encontra na sua 6.ª versão (PIV6). Esta condição exige ao Exército um esforço contínuo em todos os vetores de desenvolvimento de capacidade, mas em especial no vetor pessoal através da colocação, formação especializada, certificada e qualificada de recursos humanos, bem como no treino contínuo, técnica e taticamente atualizado.

Conclusão

O principal objetivo da FCI é criar vantagem, com foco na superioridade de Informação/Decisão do Comandante. Será extremamente difícil a qualquer Exército obter vantagem sobre um IN se não possuir uma FCI dotada de capacidades que operem no EEM e no AInfo como a CTISGE. Esta estabelece-se assim como uma componente crítica da FCI e dá o seu contributo geral para as MILOPTER, identificando as vulnerabilidades do IN e enunciando as melhores oportunidades de as explorar.

No entanto, a CTISGE enfrenta alguns desafios que necessitam de um constante “pensamento VICA”. A crescente complexidade dos sinais eletrónicos e do AInfo chega a ser extenuante e dificulta sobremaneira a identificação, priorização e análise de toda a informação necessária e disponível, bem como a capacidade de evolução e adaptação do IN, com o desenvolvimento de contramedidas e proteção efetivas.

Assim, é imperativo para o Exército Português dotar-se de uma CTISGE efetiva e capaz de contribuir

ativamente para a FCI com Informações de Fonte Única relevantes, pertinentes, oportunas e de alta qualidade a fim de apoiar as OPMILTER existentes ou emergentes.

“VEMOS ONDE A VISTA NÃO ALCANÇA”. *J.E.*



Exercício ORION 23

¹ *Actionable Intelligence* - Informações de caráter imediato que escusam de um processo de análise e devem ser imediatamente encaminhadas para as Operações Correntes.

² ISTAR – do inglês – *Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance* (Informações, Vigilância, Aquisição de Objetivos e Reconhecimento).

³ *Enabler* – do inglês – multiplicador de força.

Lições Aprendidas, a sua evolução

A capacidade de Lições Aprendidas, implementada no Exército Português desde 2012, traduz-se num processo de melhoria contínua, que possibilita um maior envolvimento da cadeia de comando abordando todas as áreas de atuação do Exército

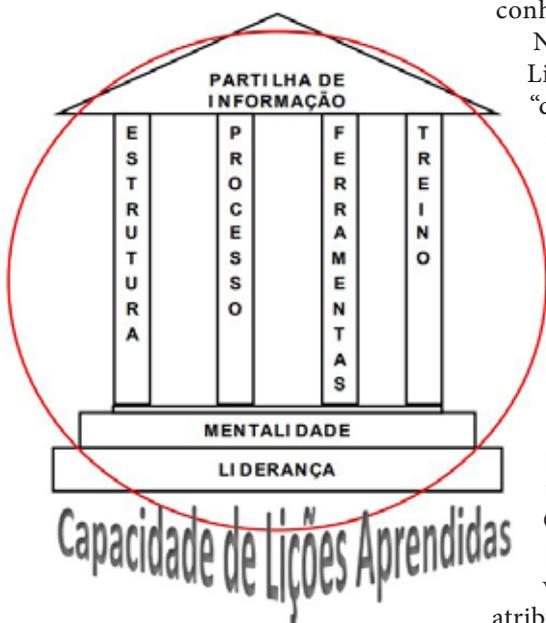


A Capacidade de Lições Aprendidas do Exército foi implementada em 2012 e desde então tem vindo a adaptar-se às necessidades organizacionais internas, à doutrina de referência, bem como a diversos fatores externos que direta ou indiretamente influenciam o Exército. Com o intuito de caracterizar e descrever a forma como a Capacidade de Lições Aprendidas do Exército se adapta à conjuntura atual, o presente artigo

visa passar em revista as principais alterações e atividades no âmbito das Lições Aprendidas e mostrar como o Exército apoiou a edificação das Lições Aprendidas no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR).

Não sendo este o objetivo do artigo, considera-se imperativo fazer uma breve descrição da “Capacidade” à luz da “doutrina” atual, para além da distinção entre “Capacidade” e “Processo” de Lições Aprendidas.

Capacidade de Lições Aprendidas (figura 1)



No que se refere às Lições Aprendidas no Exército Português, ou noutra organização, edificar esta Capacidade tem como objetivo permitir a execução de um Processo de Lições Aprendidas. Para tal, o “edifício” desta Capacidade (figura 1) é sustentado por bases firmes (liderança e a mentalidade da organização), onde assentam os pilares da estrutura que a apoia, do processo enquanto metodologia, o pilar das ferramentas que são facilitadoras e o treino em matéria de Lições Aprendidas de todos os intervenientes, com o fim último de parti-

lhar informação e transformar o conhecimento.

No que se refere ao Processo de Lições Aprendidas, este segue a “doutrina” NATO¹ e consta de duas fases principais, com as respetivas subfases associadas (figura 2).

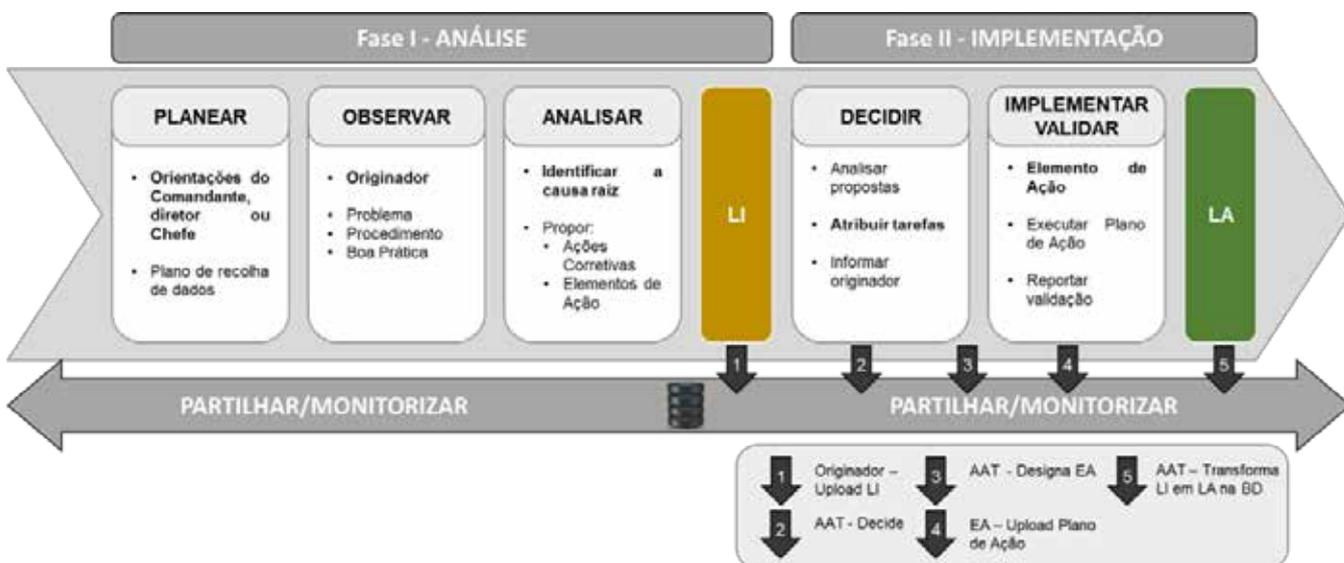
A fase I (análise) tem como produto final a obtenção de uma lição identificada ou boa prática e caracteriza-se por ter uma abordagem científica, no que à análise diz respeito. A fase II (implementação) destaca-se por ser aquela onde os Comandantes/Diretores/Chefes têm uma maior ação, uma vez que cabe a estes decidir e atribuir recursos, para que se obtenha uma Lição Aprendida.

Tratando-se de um Processo que visa a melhoria contínua, o ano de 2020 marca um ponto de viragem no que respeita à orientação das Lições Aprendidas, quando em setembro desse ano foi promulgada a Publicação Doutrinária do Exército PDE 0-32-00. Esta publicação introduz o pilar do Treino no “edifício” de Lições Aprendidas, tendo a primeira ação de treino à Estrutura Dedicada de Lições Aprendidas do Exército decorrido durante as fases IIIB dos exercícios ORION 20 e ALERTA 20. Estes exercícios foram tidos como uma oportunidade de proceder a

uma análise da Capacidade de Lições Aprendidas, da qual resultou um conjunto de ações corretivas, as quais foram aprovadas por despacho do General Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), de 24 de julho de 2021.

Como principais tarefas decorrentes do relatório, foi identificada a necessidade de rever a Diretiva n.º 180/CEME/18 (Capacidade de Lições Aprendidas), rever o curso de Lições Aprendidas existente, bem como criar um curso *on-line* de Lições Aprendidas. A “nova” Diretiva, n.º 147/CEME/21 (Capacidade de Lições Aprendidas do Exército), que regula a Capacidade de Lições Aprendidas e que foi aprovada por despacho de 17 de dezembro de 2021 do General CEME, introduz um maior envolvimento da cadeia de comando a todos os níveis, atribuindo tarefas e responsabilidades específicas aos Comandantes/Diretores/Chefes durante o Processo de Lições Aprendidas. Concomitantemente, define as condições e responsabilidades para a elaboração de um Plano de Recolha de Lições.

O Plano atualmente em vigor, aprovado em 2022 e em linha com a revisão da Diretiva Estratégica do Exército 2022-2023, aborda todas as áreas de atuação do Exército, desde as operações à gestão financeira, assegurando desta forma uma análise abrangente e transversal de processos.



Processo de Lições Aprendidas (figura 2)



No que concerne aos cursos, procedeu-se à revisão do referencial de curso de Lições Aprendidas existente, passando a designar-se por “Curso de Lições Aprendidas nível II”, que se destina a habilitar os formandos a desempenharem funções no âmbito das Lições Aprendidas e será ministrado presencialmente. Encontra-se, também, em fase de desenvolvimento o referencial do “Curso de Lições Aprendidas nível I”, que será ministrado na sua totalidade com recurso ao regime de ensino à distância por via da plataforma *Moodle*, destinando-se a familiarizar os formandos

com a Capacidade e o Processo de Lições Aprendidas.

Apesar de ser uma Capacidade implementada, constituindo-se também como uma “ferramenta” que visa a melhoria contínua, existe ainda margem para atingir patamares de maior eficiência. Como tal e com a reestruturação em curso no Exército Português, há que repensar o futuro desta Capacidade, nomeadamente quanto à sua estrutura e processo.

As Lições Aprendidas, a par com outras metodologias de melhoria contínua, têm vindo a ter uma maior procura não só no âmbito es-

tritamente militar, mas também no mundo empresarial, e no caso português noutros organismos do Estado.

Neste contexto, em novembro de 2020 o Exército Português ministrou uma palestra aos integrantes do SGI-FR, na qual foi apresentado o conceito/modelo implementado na NATO e no Exército, tendo sido demonstradas, naquela ocasião, as vantagens da implementação de uma metodologia similar com aplicabilidade naquela organização, tendo a mesma sido aprovada, em sede própria, em junho do ano seguinte.

Para cumprir com o desiderato da implementação da Capacidade de Lições Aprendidas naquele organismo e após solicitado, o Exército destacou um Oficial, em abril de 2022, com a finalidade de coordenar este projeto. Desde então, e para fazer face às necessidades identificadas e às prioridades definidas, nomeadamente o envolvimento das lideranças do SGIFR, a formação dos elementos que constituem a estrutura dedicada, bem como as necessidades urgentes de recolha de observações, lições e boas práticas, foi conduzido um conjunto de atividades entre o Exército e a Agência de Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF). A AGIF é um instituto público, integrado na Administração Indireta do Estado e sujeito

“As Lições Aprendidas, a par com outras metodologias de melhoria contínua, têm vindo a ter uma maior procura não só no âmbito estritamente militar, mas também no mundo empresarial, e (...) noutros organismos do Estado.”

à superintendência e tutela do Primeiro-Ministro, criado com o propósito de assegurar a implementação e funcionamento do SGIFR.

Das atividades executadas até à data, destaca-se a palestra ministrada à estrutura superior do SGIFR, subordinada ao tema “A importância da Liderança no Processo de Lições Aprendidas do Exército Português”, em abril de 2022.

Ainda no mesmo ano e decorrente do número significativo de incêndios rurais que assolaram Portugal, urgiu colmatar, pelo menos de forma provisória, a lacuna formativa identificada na estrutura de Lições Aprendidas do SGIFR. Neste sentido, o Exército apoiou a AGIF na organização de umas jornadas de trabalho

em agosto de 2022, com a finalidade de apresentar o Processo de Lições Aprendidas aos 22 elementos, de diferentes entidades, responsáveis por esta área nas respetivas organizações, tendo o principal foco incidido sobre a redação, análise e processamento de observações, lições e boas práticas.

Já no presente ano, foi ministrado um curso extraordinário de Lições Aprendidas nível II, a 36 formandos do SGIFR.

Este curso teve em vista dotar os formandos com as competências necessárias para o planeamento, recolha e análise de observações, bem como para a implementação de ações corretivas nas diversas áreas de atividade, almejando a edificação da Capacidade de Lições Aprendidas do

SGIFR. Este curso, cumprindo com os objetivos formativos previstos no referencial, caracterizou-se por ter sido adaptado à realidade e necessidades específicas da organização.

Paralelamente, o Exército Português, fruto da experiência dos seus quadros, tem apoiado a revisão técnica de observações, lições e boas práticas decorrentes das atividades de recolha levadas a cabo pelo SGIFR.

As Lições Aprendidas, enquanto “Capacidade” ou Processo, volvida mais de uma década desde a sua implementação, continuam a ter um papel fundamental na aprendizagem organizacional do Exército, existindo ainda margem para expansão para outras áreas distintas daquelas que foram as iniciais (operações e treino). JE



Curso extraordinário de Lições Aprendidas nível II ao Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais

¹ *Bi-Strategic Command (Bi-SC) Directive 80-6 Lessons Learned*, 2018.

* Coautor: Tenente-Coronel de Infantaria Adolfo Reis, Chefe da Repartição de Lições Aprendidas da DDNLA do EME.

Exercício ROSA BRAVA

“Os planos não são nada, o planeamento é tudo”

Dwight D. Eisenhower (1957)



Atualmente o ambiente operacional encontra-se em constante transformação, sendo caracterizado pela sua volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade, mais comumente conhecido por ambiente VUCA¹. É nesse ambiente que as operações militares se desenvolvem, sendo por isso necessário, cada vez mais, possuir o conhecimento correto e em tempo oportuno, assim como uma liderança eficaz, que seja capaz de se adaptar às mudanças contínuas.

Para fazer face ao atual ambiente operacional, a Brigada Mecanizada (BrigMec) realiza o Exercício ROSA BRAVA, com várias edições ao longo do ano. Este é um Exercício setorial, de nível Brigada, inscrito no Plano Integrado de Treino Operacional (PITOP) do Exército. O Exercício é planeado e conduzido pela BrigMec, no Campo Militar de Santa Margarida (CMSM), sendo focalizado fundamentalmente no planeamento tático e processo de tomada de decisão militar, no âmbito das operações militares en-

quadradas pelo Artigo V da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Os Exercícios desta série concorrem, não só para o ciclo anual de treino da BrigMec, mas também para o Exercício setorial de nível Exército – o ORION.

A sua importância é realçada quando analisamos os objetivos a que se propõe, assim como as Audiências de Treino. Por norma, nos diversos Exercícios desta série, a Audiência Primária de Treino é o Estado-Maior da BrigMec, variando as Audiências Secundárias de Treino, de acordo com a finalidade que se pretende atingir em cada um. Esta Audiência Secundária de Treino é geralmente designada tendo em consideração a integração e o treino das capacidades das Unidades de Manobra, Apoio de Fogos, Apoio de Combate e Apoio de Serviços.

Quanto aos objetivos realizados durante o ano, os quais podem ser diversos e distintos nos diferentes exercícios desta série, têm uma linha orientadora que se encontra alinhada com a finalidade principal da existência do Exer-

cício ROSA BRAVA, que é (i) montar e operar um Posto de Comando (PC) e, (ii) treinar os procedimentos associados ao planeamento tático e processo de tomada de decisão militar.

Para se compreender melhor o porquê destes dois objetivos gerais, importa perceber que um PC é um Quartel-General onde o Comandante e o seu Estado-Maior realizam atividades durante as operações. Se por um lado a natureza relativamente fixa das operações no Iraque e no Afeganistão fez com que fossem estabelecidos PC grandes e estáticos, por outro a natureza das operações mais recentes mostra que devemos estar prontos para operar em todo o espectro de operações militares, em particular operações de larga escala e que decorrem ao longo de grandes distâncias. Como tal, o PC deve ser capaz de operar e de se deslocar rapidamente.

Quanto ao segundo objetivo geral, para planear efetivamente as operações táticas, é necessário que o Estado-Maior seja conhecedor de todos os procedimentos, na medida em que o processo de tomada de decisão militar “é um processo de planeamento analítico, que estabelece procedimentos para analisar a missão, gerar, analisar e comparar modalidades de ação, com base em critérios de avaliação, selecionar a mais vantajosa e produzir um plano”². O que se pretende é que o Estado-Maior da BrigMec, para além de estar rotinado em trabalho de Estado-Maior, seja conhecedor e percorra todo o processo de planeamento, de uma forma eficiente, para melhor apoiar a decisão do Comandante na resolução de um problema tático.

Adicionalmente, o treino deste processo também permite alcançar um outro objetivo do Exercício ROSA BRAVA que, conforme descrito acima, se prende com a integração das diversas subunidades da BrigMec, em virtude de o processo permitir a interação entre o Comandante, o Estado-Maior e as unidades



subordinadas, em planeamento colaborativo, nomeadamente através da partilha de informação usando para o efeito o envio de ordens preparatórias com as decisões que vão sendo tomadas ao longo do processo.

Concebido para ser efetuado em quatro etapas, sendo as duas primeiras correspondentes ao planeamento do mesmo, com a elaboração das Especificações do Exercício (EXSPEC³) e a realização de conferências/reuniões de preparação entre todas as entidades envolvidas, é na terceira etapa do Exercício que encontramos o modo como o mesmo irá ser realizado. Este pode ser em formato *Command Post Exercise* (CPX⁴) e/ou *Field Training Exercise* (FTX⁵), sendo que as últimas duas edições tiveram os dois formatos, por forma a oferecer uma oportunidade de treino mais alargada a todas as audiências. Por fim, na quarta etapa é onde se elaboram os diversos relatórios, com vista a serem retiradas as principais conclusões e lições,

que sirvam de melhoria para edições posteriores.

Salientando as principais conclusões daqueles que têm sido os últimos Exercícios da série ROSA BRAVA, podemos afirmar que de uma forma geral os objetivos têm sido atingidos, tendo o Estado-Maior sido capaz de planear uma operação tática, produzindo um plano de operações (sem a totalidade dos seus anexos), utilizando os recursos existentes no PC montado para o efeito.

Em suma, face às exigências do atual ambiente operacional onde as forças terrestres atuam, o exercício ROSA BRAVA traduz-se numa excelente oportunidade de treino, pois proporciona aos Comandantes, Estado-Maior e Unidades subordinadas da BrigMec trabalharem em equipa num esforço concorrente e coordenado. Podemos ainda afirmar que é através deste tipo de exercícios que se pretende e consegue desenvolver elementos do Estado-Maior mais competentes, coordenados, com iniciativa, adaptáveis, flexíveis e, acima de tudo, capazes de aplicar um pensamento crítico, criativo e oportuno. JE

¹ Do inglês: *Volatility* (V), *Uncertainty* (U), *Complexity* (C) e *Ambiguity* (A).

² Publicação Doutrinária do Exército 5-00, Planeamento Tático e Tomada de Decisão, 2007, pág. 5-1.

³ *Exercise Specifications*.

⁴ Exercício de Postos de Comando.

⁵ Exercício com Forças no Terreno.

O Regimento de Guarnição n.º 1 e a sua integração regional

381 anos de história ininterrupta de Unidades Militares Portuguesas aquarteladas na Fortaleza de São João Baptista – Orgulho no passado, honra no presente e compromisso com o futuro



O Regimento de Guarnição n.º 1 (RG1), não obstante ser uma unidade de criação recente¹, detém a enorme responsabilidade de honrar o secular património herdado das unidades suas antecessoras. É com este compromisso que tem vindo a manter presente a sua memória coletiva, da Zona Militar dos Açores (ZMA) e do Exército Português, fomentando a sã convivência e interação com a sociedade onde se insere, demonstrando à população açoriana que é parte constituinte e relevante da sua vivência, valores e história.

O RG1 tem como missão aprontar o 1.º Batalhão de Infantaria (1BI) da ZMA, como força especialmente vocacionada para o emprego no arquipélago açoriano. Ao nível concetual, como pressupostos de organização, pretende-se que contribua para a defesa imediata do arquipélago dos Açores; garanta as condições para a receção de unidades de reforço e assegure a execução de operações de Apoio Militar de Emergência a Civis (AMEC), designadamente na colaboração com as autoridades no quadro da proteção civil ou do apoio ao desenvolvimento e bem-estar das populações.

Decorrente das possibilidades elencadas no seu quadro orgânico², compete ainda ao RG1 constituir-se como polo de formação do Exército, para além de administrar os prédios militares à sua responsabilidade nas ilhas Terceira e Faial, realçando-se que esta última a tarefa é assegurada por um Destacamento de Segurança sediado na cidade da Horta.

A área de responsabilidade do RG1 é constituída por sete das nove ilhas dos Açores, designadamente os Grupos Central e Ocidental, abrangendo 12 concelhos. A descontinuidade territorial desta área induz a utilização de meios de projeção nos domínios marítimo e aéreo, que permitam um emprego eficaz das valências necessárias à condução das operações militares.

Principais atividades do Regimento

O 1^oBI/ZMA desenvolve a sua atividade ao nível do plano integrado de treino operacional, que culmina na realização de exercícios setoriais, treinos conjuntos com a Marinha e Força Aérea. Participa ainda em exercícios do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, o que tem permitido sistematizar procedimentos ao nível da defesa militar e do AMEC, e estabelecer fortes laços de cooperação com unidades dos outros ramos sediadas ou destacadas no arquipélago e com os outros agentes de proteção civil regionais.

No âmbito da formação, são ministrados cursos de Formação Geral Comum de Praças a formandos provenientes das várias ilhas açorianas, para além dos Cursos de Promoção a Cabo, quer aos seus próprios soldados, quer mesmo aos que prestam serviço na ZMA.

O apoio às populações e às distintas entidades regionais materializa-se através de inúmeras solicitações, naturalmente com maior incidência nas ilhas Terceira e Faial.

A integração regional também se faz sentir junto da população mais jovem, por intermédio de outras atividades desenvolvidas na área de responsabilidade do RG1, sendo exemplos disto as atividades de divulgação

1.º Batalhão de Infantaria da Zona Militar dos Açores



das Forças Armadas, designadamente as iniciativas “Alista-te por um dia”, “Cidadania e Forças Armadas”, “Dia da Defesa Nacional” e, já iniciada este ano, “Militar por um dia”.

A Unidade tem também uma participação ativa nas atividades de âmbito histórico, cultural e científico, com uma interação próxima com diversas entidades institucionais, apresentando-se como exemplo mais evidente a visita guiada ao “Circuito Histórico da Fortaleza de São João Baptista”, bem como o apoio à rea-

lização de colóquios, conferências e regulares contributos para a preservação do singular património arquitetónico, que serve de aquartelamento-base ao RG1.

Operações de Apoio Militar a Emergências Cíveis

As forças do RG1, através do seu encargo operacional, têm participado como agente de proteção civil em diversas ações de apoio prestado à população, sendo de destacar a participação vital e incansável nas ações



Exercício CANÁRIO

Receção de Militares da 6.ª Força Nacional Destacada no Afeganistão



de socorro e na melhoria das suas condições, num arquipélago tantas vezes assolado por catástrofes naturais, onde claramente se destacam a sismologia e a severa meteorologia.

A História tem ditado que, tal como no século passado, continua a ser essencial manter uma permanente disponibilidade para socorrer as populações, tendo como exemplos os violentos sismos verificados na Terceira, em 1 de janeiro de 1980³, no Faial em 9 de julho de 1998⁴, as cheias e derrocadas na Agualva (Terceira), em 2009, e o violento temporal que afetou a freguesia do Porto Judeu (Terceira), em 2013. Também em outubro de 2019, decorrente da passagem do furacão *Lorenzo* no arquipélago dos Açores, foi empregue uma equipa de ligação na força conjunta projetada para a ilha das Flores, colaborando com as autoridades locais na avaliação do estado, no restabelecimento de infraestruturas e na satisfação das necessidades básicas da população. O RG1 foi também chamado a intervir perante as solicitações decorrentes da pandemia da COVID-19, tendo instalado dois centros de acolhimento, ministrado ações de sensibilização de boas práticas higiénico-sanitárias em escolas

secundárias e estabelecimentos prisionais e apoiado a Unidade de Saúde da Ilha Terceira no controlo de acessos e na convocação para a vacinação.

Mais recentemente, entre março e outubro de 2022, em resposta à crise sismovulcânica que afetou a ilha de São Jorge, foram empregues várias valências, tendo em vista contribuir para a liberdade de movimentos das populações e para a salvaguarda da vida humana, com destaque para a implementação de um Ponto de Reunião e Irradiação de Deslocados.

Desde 2019, o RG1 tem vindo também a empenhar um pelotão em reforço do Destacamento do Regimento de Infantaria n.º 1, em Tavira, com a finalidade de realizar patrulhas de presença e vigilância na região do Algarve, integrado no Plano de Apoio Militar de Emergência do Exército.

Participação nos domínios da segurança e defesa

Além-fronteiras e desde o início do milénio, o RG1 tem vindo a integrar Forças Nacionais Destacadas nos mais variados Teatros de Operações, desde Timor-Leste, passando pela Bósnia-Herzegovina, Iraque, Kosovo e Afeganistão. Estas novas projeções reacendem na memória dos açoria-

nos as 42 companhias aprontadas pelo “17” (Batalhão Independente de Infantaria n.º 17, unidade antecessora do RG1), para as antigas colónias, entre as décadas de 50 e 70 do século passado. Ainda, no âmbito da cooperação no Domínio da Defesa, o RG1 constituiu-se, durante alguns anos, como Entidade Técnica Responsável pela gestão do Projeto de Formação dos três Ramos das Forças Armadas, na Guiné-Bissau.

Proximidade e confiança institucional

Testemunho do Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo⁵:

“A heráldica do Município de Angra do Heroísmo, concedida por carta de 12 de janeiro de 1837 de D. Maria II, é encimada por «um braço de prata armado com uma espada na mão». Esse braço armado, prerrogativa das praças-fortes, é uma alusão à Fortaleza de São João Baptista, o «nosso Castelo» como é afetuosamente referido pelos angrenses, elemento essencial de uma cidade que merece integrar a prestigiosa lista do Património Mundial da UNESCO. Mas o «nosso Castelo» não é apenas uma majestosa fortaleza: é também uma comunidade

“A integração regional do Regimento radica no predicado histórico das suas unidades antecessoras, alicerça-se nos desafios e exigências da atualidade e projeta-se no compromisso com o futuro (...).”

viva no coração da cidade, continuamente habitada, desde a sua construção na década de 1590, por militares e suas famílias. Ao longo destes mais de quatro séculos, ali viveram muitos milhares de homens e mulheres, e até ali nasceram algumas personalidades que se distinguiram na vida nacional. Na verdade, o nosso Castelo, e especialmente a sua guarnição, é um elemento estruturante da alma angrense. A presença do Exército nesta cidade é um elemento identitário que quatro séculos depois os terceirenses de hoje continuam a prezar e a considerar como marca desta comunidade insular e, atrevo-me a dizer, como parte das suas vidas.”

Testemunho do Presidente da Câmara Municipal da Horta⁶:

“Remonta ao povoamento a necessidade de assegurar a soberania do Estado e a proteção e segurança da população da ilha do Faial, desig-

nadamente através da construção de fortes e fortins, que evoluíram para estruturas modernas para a Grande Guerra e, posteriormente, para a II Guerra Mundial, com defesas de costa instaladas na ponta da Espalamaca, monte da Guia, área da baía do Porto Pim e ainda no Monte Carneiro. Daqui se extrai a relevância das guarnições militares desta ilha, que mais tarde dão lugar ao Destacamento do Faial do Regimento de Guarnição n.º 1, o mais ocidental da Europa. O Município da Horta reconhece o valor histórico, mas também a importância presente do papel do Exército na ilha do Faial, e assume o firme propósito de promover a sua valorização como instrumento de potenciação da ilha e dos Açores.”

Conclusão

Ao longo dos últimos 381 anos de história ininterrupta de Unidades militares Portuguesas aquarteladas

na Fortaleza de São João Baptista e em sucessivas gerações de soldados, tem-se constatado uma comunhão plena dos valores que regem a instituição militar. A integração regional do Regimento radica no predicado histórico das suas unidades antecessoras, alicerça-se nos desafios e exigências da atualidade e projeta-se no compromisso com o futuro, consolidando o “Regimento-Valente” aquartelado na “Fortaleza-Constante” como dita, bem alto, o “grito” da Unidade. *JE*

«REGIMENTO - VALENTE
FORTALEZA - CONSTANTE
HEROÍSMO - PRESENTE
ANTES MORRER LIVRES - QUE
EM PAZ SUJEITOS
ANTES MORRER LIVRES - QUE
EM PAZ SUJEITOS
ANTES MORRER LIVRES - QUE
EM PAZ SUJEITOS»



Iniciativa “Alista-te por um dia”

¹ Criação efetivada em 1 de setembro de 1993, na sequência do Despacho 72/MDN/93, de 30 de junho.

² QO n.º 07.02.05/RG1, de 11 de janeiro de 2019.

³ Um violento sismo abalou as ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge, atingindo a magnitude de 7,2 na escala de Richter, provocando a morte a 71 pessoas (51 na Terceira e 20 em São Jorge), mais de 400 feridos, 15 500 edifícios danificados e cerca de 15 000 desalojados.

⁴ O sismo de 1998 atingiu as ilhas do Faial, Pico e São Jorge, na madrugada de 9 de julho, com a magnitude 5,6 na escala de Richter e epicentro a NNE do Faial, provocando grandes desabamentos de falésias costeiras. Resultaram 8 mortos e 1700 desalojados.

⁵ Professor Doutor José Gabriel do Álamo Meneses.

⁶ Dr. Carlos Manuel da Silveira Ferreira.

* Coautor: Coronel de Infantaria Paulo Magalhães, enquanto Chefe da Secção de Operações, Informações e Segurança do RG1.

Santo António Militar

Missionário, pregador, doutor da Igreja, Santo António é uma personalidade multifacetada, que tem uma curiosa ligação ao Exército Português

José Luis Pires - Mafra, 2022



É sob o signo de Santo António que em junho se celebram a vida e feitos daquele que é talvez o mais popular santo português, nascido em Lisboa a 15 de agosto de 1195 e falecido a 13 de junho de 1231, em Pádua, Itália. Conhecido como missionário, pregador e doutor da Igreja, a ele se associaram diversas crenças de cariz mais popular, sendo invocado como casamenteiro, protetor dos pobres, invocado para achar objetos perdidos, evitar naufrágios e até conceber filhos. Todavia, uma das facetas porventura menos conhecidas da vida

do Santo é a sua carreira militar, insolitamente decorrida toda ela depois da sua morte.

Oriundo de uma família da nobreza, sendo filho de Martinho de Bulhões e de Dona Maria Teresa Taveira, tinha por nome de batismo Fernando, cedo tendo despertado para a vida religiosa, indo frequentar a Sé de Lisboa, onde aprendeu Humanidades e Teologia. Aos 15 anos ingressou na ordem de Santo Agostinho, em São Vicente de Fora, onde o seu noviciado foi curto. De espírito inquieto e propensão mística, foi estudar para o Mosteiro de

Santa Cruz de Coimbra, importante centro de estudo e de irradiação da fé do Portugal medieval. Ingressou depois na Ordem dos Franciscanos, conforme com os seus ideais ascéticos, e foi no Convento dos Olivais que veio a alterar o seu nome para António, simbolizando o renascimento de um homem desligado das coisas mundanas.

De acordo com um ideal religioso muito comum à época, decidiu partir para África, continente onde poderia vir a exercer uma ação evangelizadora junto dos povos desconhecidos da fé católica, associando a procura do divino a um espírito missionário que sempre o caracterizou. Embarcou para o Norte de África onde sofreu, todavia, de doença prolongada, que o obrigaria a regressar a Portugal. Como que por obra do destino, o navio onde viajava foi colhido por uma tempestade, tendo ido aportar às costas da Sicília, no ano de 1221.

Em Itália destacar-se-á junto dos seus irmãos Franciscanos como pregador e é em Bolonha que trava conhecimento com uma das personalidades mais influentes do seu tempo – São Francisco de Assis – que admira o seu talento oratório e a sua vasta erudição, mormente no que se refere à exegese bíblica, o conhecimento e comentário das Escrituras, assim como à leitura e comentário da obra *Cidade de Deus*, de Santo Agostinho. Torna-se pregador e professor nas Universidades de Bolonha, Toulouse e Limoges. Distingue-se também como filósofo, sendo considerado o primeiro e mais importante filósofo da pré-Escolástica franciscana, tendo sido provido titular da cátedra de Teologia da Ordem Franciscana. Exerceu durante cerca de dez anos nas mais ilustres universidades e escolas religiosas europeias, refletindo os conhecimentos adquiridos na escola de Coimbra, centro de irradiação da cultura portuguesa na Europa de então.

Uma das características do pensamento de Santo António e da espiritualidade franciscana é a valorização do mundo exterior e de todos os seres entendidos como obra da Criação, daí resultando uma atitude dupla de

Francisco Mistério - Barcelos, 2022



interiorização contemplativa e mística e de exteriorização, acentuando a vertente prática e vivencial, numa relação solidária com o mundo e com o outro, humano e não-humano. Num dos seus mais conhecidos milagres, Santo António, pregando a uma multidão que se mostrava insensível, aproxima-se do mar para pregar aos peixes, que passam a escutá-lo, episódio que viria a inspirar um dos mais célebres sermões do Padre António Vieira, no século XVII.

Santo António congregava as vertentes de contemplativo e de homem de ação, associando um exemplar dom de palavra à energia colocada no apostolado, granjeando a admiração das multidões. Vivendo sempre num ideal de pobreza e em comunhão com a natureza, rodeou-se ainda em vida de uma aura lendária. Viria a falecer em Pádua, aos 36 anos, em 1231. No ano seguinte foi canonizado pelo Papa Gregório IX.

É já depois da morte que se constrói parte da lenda em torno de Santo António e é também *post mortem* que surge a sua auspiciosa “carreira militar”, que ocorreu não só em Portugal, mas também no Brasil, em Moçambique, em Macau, na Índia e em Timor-Leste, e no âmbito da qual ocupou os postos desde Soldado raso a

General. Não surpreenderia, de facto, se o Santo tivesse integrado as fileiras do Exército Português, dado ter vivido na primeira dinastia, no reinado de Dom Sancho I, período em que se assiste à Reconquista Cristã e em que surgem diversas ordens religiosas, algumas de cariz militar. Fiel aos ideais do seu tempo, não é, todavia, através das armas mas das eloquência que Santo António empreende o seu combate pela fé cristã.

A ligação de Santo António ao Exército Português e toda a sua “carreira militar” começará apenas quatro séculos após a sua morte. No reinado de Dom Afonso VI, em 1665, o Santo é alistado no Exército, antes da batalha de Montes Claros, e três anos depois, a 13 de fevereiro de 1668 é mandado incorporar por alvará de Dom Pedro II, então regente, no Regimento de Infantaria n.º 2, em Lagos. A data assinalou igualmente o tratado assinado entre Portugal e Espanha, no contexto da Guerra da Restauração, destacando-se os ataques perpetrados na Baía (Brasil), durante os quais o príncipe teria tido um papel protetor dos portugueses. Em 12 de setembro de 1683 teria sido promovido a Capitão, por lhe ter sido atribuído o feito de colocar em fuga um grupo de castelhanos que





Desfile das Forças em Parada no dia 10 de Junho
(Centro de Audiovisuais do Exército)

marchara sobre o seu destacamento (o Regimento de Infantaria n.º 2), durante uma deslocação para Olivença, e depois promovido a Tenente-Coronel e a Coronel, sendo mais tarde transferido para o Regimento de Infantaria n.º 19, com quartel em Cascais desde o século XVII.

No reinado de Dona Maria I foi apresentada uma proposta oficial de promoção do Santo a Major, tendo a rainha determinado a sua graduação em Tenente-General em janeiro de 1780.

Durante a Guerra da Sucessão de Espanha, no século XVIII, o Santo acompanhou sempre as tropas do Marquês das Minas, sendo-lhe atribuído um vencimento que constava do livro de vencimentos do Regimento.

A imagem do Santo acompanhou o Regimento de Cascais durante as campanhas da Guerra Peninsular, ostentando por isso ao peito a medalha da Guerra Peninsular. Refira-se como curiosidade que o seu soldo servia então para ajuda aos soldados doentes.

Durante o período da Guerra Peninsular, Santo António foi eleito padroeiro do Exército e promovido a General. A sua imagem acompanhava as tropas portuguesas em todas as batalhas. Na Batalha do Buçaco, ocorrida a 27 de setembro de 1810, o Exército Português, no qual controlava o décimo nono Regimento de Infantaria de Cascais, derrotou o General Massena. Teria sido graças a

Luís Santos - Vila Nova de Gaia, 2015



Santo António, segundo testemunhos de combatentes, que os soldados do Regimento de Cascais, motivados pela fé na vitória, lograriam superar todos os obstáculos. O segredo que explicaria o sucesso e a força da investida fora que o seu comandante, que avançou à frente, montado numa mula branca, teria sido o próprio Santo António.

Em 1814, Dom João VI atribuiu-lhe a Grã-Cruz da Ordem de Cristo em reconhecimento da sua intercessão durante o período das guerras napoleónicas.

Também no Brasil, em Moçambique e na Índia Santo António conheceu a carreira das armas. No Brasil, terá sido em Pernambuco, em 1685, que Santo António assentou praça, por portaria do governador da capitania, João de Souto Júnior, a fim de participar na Guerra dos Palmares. No Rio de Janeiro foi nomeado Capitão, por carta régia de 7 de abril de 1707. Foi igualmente Capitão de Infantaria na Capitania de Goiás; Coronel, no Estado de São Paulo, ainda no séc. XVIII, durante o qual fora também Soldado raso nas capitâncias do Espírito Santo e Paraíba. Por decreto de 13 de agosto de 1814, teria sido promovido a Major. Santo António do Rio de Janeiro chegou a ser promovido a Tenente-Coronel, tendo sido agraciado, pelo citado decreto, com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo.

Em 1904, foi suspenso o pagamento do soldo, por ausência de fundamento. Mais tarde, em 1922, por despacho do Presidente do Brasil, Artur Bernardes, Santo António foi passado à reserva do Exército Brasileiro. O insólito decreto dizia: “O Coronel António de Pádua vai quase em três séculos de serviço, pelo que o nomeio General e o passo à reserva”, passando a constar da listagem de Oficiais do Exército Brasileiro na reserva.



Luís Santos - Vila Nova de Gaia, 2018

Já em Moçambique, a carreira militar do Santo não foi tão acidentada, constando ter sido apenas Capitão de um corpo de fuzileiros. Na Índia, desempenhou Santo António um cargo mais compatível com a sua vocação religiosa, tendo assumido o posto de Alferes, como Capelão, no Monte Rosário.

Em Timor-Leste terá chegado ao Posto de Coronel. Segundo o curioso relato de João Luís Gonçalves¹:

Numa colina em Manatuto, cidade onde nasceu Xanana Gusmão, há uma grande imagem dedicada ao "coronel Santo António", padroeiro daquela cidade. A 10 de outubro de 2014, ao passar nesta localidade, perguntei ao padre Martinho de Manatuto porquê chamam de coronel a Santo António. Segundo este padre, quando trouxeram a imagem do santo para Manatuto, o liurai, chefe máximo tradicional, tinha o posto de brigadeiro e ordenou que o santo deveria ter um es-

tatuto inferior. Há uma lenda antiga de que os liurais são descendentes do Deus Sol, por esse motivo, ninguém nem Santo António pode estar acima do liurai - chefe máximo tradicional.

Na iconografia tradicional, Santo António tem sido uma das figuras mais representadas pelos artesãos, evocando o Santo que ao longo dos séculos foi acumulando padroados e ao qual se associam também diversas festividades, sendo particularmente acarinhado pela religiosidade popular.

A cidade de Lisboa tem, como é sabido, uma ligação ancestral a Santo António, evocado no seu feriado municipal, 13 de junho, o qual também tem, como vimos, uma ligação especial ao Exército. No ano transato, o Museu de Lisboa associou-se à Biblioteca do Exército para a exibição de uma exposição que teve por base o património reunido pelo colecionador Mário Coelho, tendo precisamente por título «Santo An-

tónio Militar». A coleção de Mário Coelho reúne mais de 2000 exemplares de esculturas do Santo, da autoria de artesãos de todo o País, que o colecionador vem recolhendo desde 2002. Na panóplia das obras reunidas encontram-se representados diversos episódios e facetas da vida de Santo António, entre as quais se destaca precisamente a de militar do Exército. A exposição foi inaugurada em novembro de 2022, com a presença de altas entidades militares e civis, e a sua apresentação esteve a cargo do proprietário da coleção que destacou a singular relação do Santo com os militares e sua representação pelos artesãos, que foram captando os seus atributos caraterísticos, por vezes modernizados, o que é revelador de um valor simbólico que permanece uma constante ao longo dos tempos e em diversos lugares do mundo onde a presença portuguesa tem expressão. JE



Ercílio Natálio - Óbidos, 2022

¹ In <https://www.dnoticias.pt/20206/23/46690-carreira-militar-de-santo-antonio>, página consultada em 22 de maio 2023.

A defesa do arquipélago da Madeira na Segunda Guerra Mundial

A possibilidade de um ataque/invasão ao território nacional através das Ilhas Atlânticas levou o Governo Português a elaborar um plano de defesa da Ilha e a dotá-la de meios defensivos



A 1 de setembro de 1939, a Alemanha invade a Polónia, dando início à Segunda Guerra Mundial. Perante este clima de conflito, Portugal procurou desde logo manter uma atitude de neutralidade para com as potências beligerantes e manter este estatuto tornou-se uma questão fulcral na política externa portuguesa.

No entanto, na conjuntura internacional da época, não era de descartar a hipótese de um ataque/invasão ao ter-

ritório nacional, e as ilhas atlânticas, pela sua localização geoestratégica, eram particularmente apetecíveis.

A Região Autónoma da Madeira constitui o vértice mais a sul do Triângulo Estratégico Nacional (TEN), que, no período histórico em causa, incluía Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. A Ilha possui uma grande importância no que diz respeito ao planeamento e execução de operações combinadas que tenham como Teatro de Operações

(TO) o Atlântico Central, o Norte de África e o Mediterrâneo.

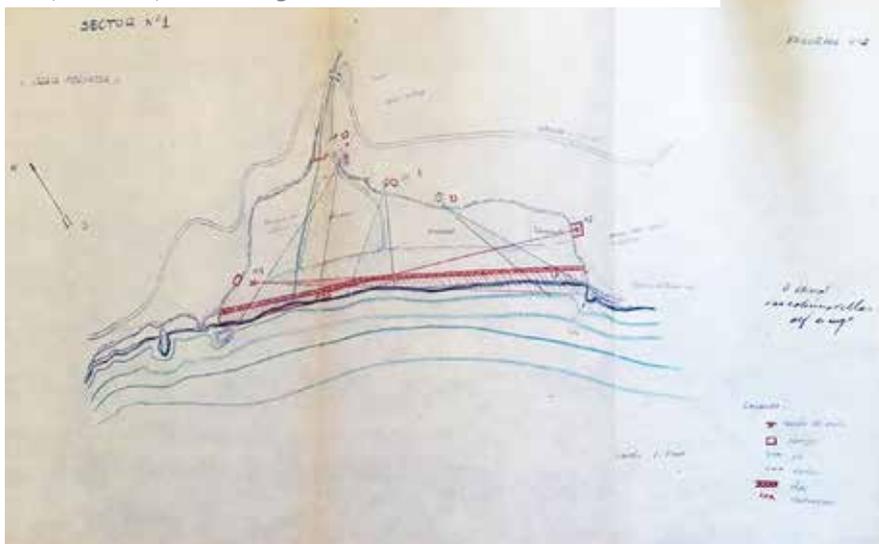
O espaço Atlântico sempre foi um local onde os interesses das potências dominantes entravam em conflito e, no contexto da Segunda Guerra Mundial, cedo se percebeu que o domínio dos mares era fundamental para a vitória final. A Madeira, apesar de não possuir recursos naturais extraordinários, seria um local ideal para uma base aeronaval.

Essa importância foi rapidamente compreendida pelos principais intervenientes no conflito e levou a que os respetivos estados-maiores das potências beligerantes desenvolvessem planos de invasão e ocupação da Ilha da Madeira.

Embora a política de neutralidade portuguesa fosse efetivamente apoiada pelos britânicos, estes consideraram a realização de uma ocupação preventiva da Ilha da Madeira numa operação conhecida como *Ripper*, que nunca se concretizou, pela alteração das circunstâncias operacionais, mais concretamente a derrota dos submarinos *U-boot*, na Batalha do Atlântico e o acordo luso-britânico, em 1943, para a utilização dos Açores como base.

Perante as ameaças que pendiam sobre o Arquipélago da Madeira, o

Croqui com o plano de fogo do reduto defensivo da Praia Formosa



Governo Português aprova a elaboração de um plano de defesa que procurasse dotar a Ilha de meios defensivos. Um fato relevante é que o plano de defesa não menciona um inimigo específico, logo, todos os que pretendessem prejudicar a soberania nacional, fossem do Eixo ou dos Aliados, deveriam ser considerados hostis.

Nas linhas orientadoras do plano referia-se que os esforços defensivos deveriam dar primazia à defesa do Funchal, capital da ilha, e procurar aproveitar ao limite a capacidade humana disponível no Arquipélago. Ou

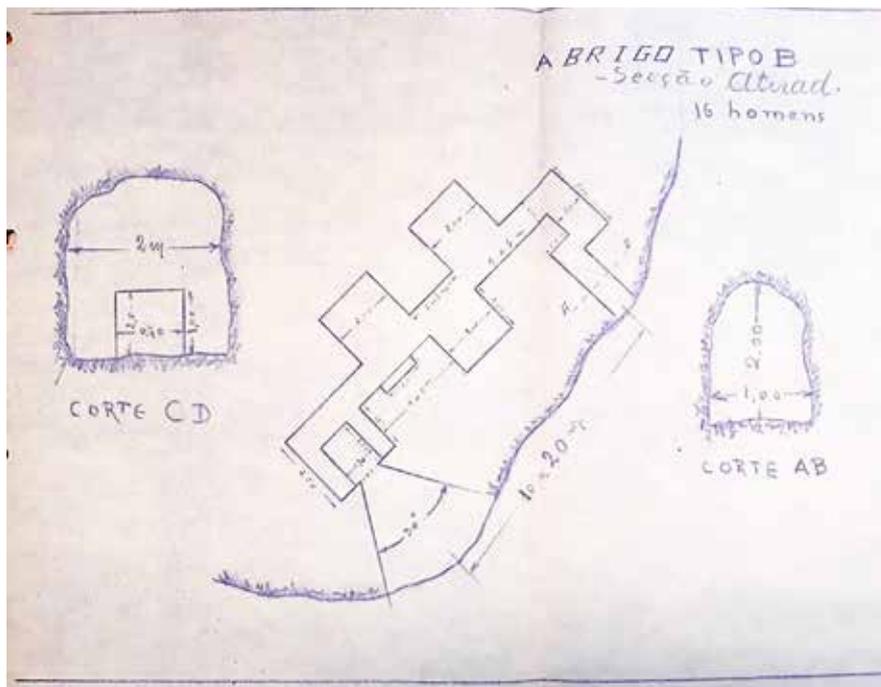
seja, os madeirenses deveriam colaborar ao máximo na defesa da Ilha, devendo a metrópole apenas reforçar e complementar os esforços defensivos.

O Coronel Luiz Augusto de Sousa Rodrigues (1883 – 1972), um dos autores do plano de defesa, afirmava que pela distância da Madeira aos continentes europeu e americano e pelo relevo da ilha, sobretudo, eram muito improváveis ataques por via aérea, podendo considerar-se mesmo impraticável a invasão da ilha por forças aerotransportadas.

A única maneira de invadir a Ilha seria por meio de ataques por via marítima, apoiados, naturalmente, por bombardeamentos e ações de aviação embarcada em porta-aviões.

É interessante sublinhar que o plano de defesa da Madeira assentava sobretudo na defesa costeira, com a construção de pequenos redutos defensivos ao longo da orla marítima, muitas vezes tirando partido de cavernas naturais existentes nos locais a defender para tentar impedir o assalto de meios anfíbios do inimigo, tentando desse modo evitar que se estabelecessem testas de ponte nas praias.

O próximo objetivo, caso o primeiro falhasse, era atrasar ao máximo possível a progressão das forças adversárias em direção ao Funchal, considerado um ponto-chave na defesa da Ilha e onde se deveriam concentrar os esforços defensivos. No que diz respeito à construção



Planta do abrigo conhecido por "tipo B", com capacidade para 16 combatentes

Galeria de apoio à Bateria de Costa n.º 2, com os alojamentos do pessoal de serviço



das defesas, é de destacar o papel da 3.ª Companhia de Sapadores Mineiros, unidade de engenharia militar deslocada a partir do continente e responsável pelos trabalhos de fortificação.

Segundo o conceito estabelecido, dever-se-ia construir na costa e nos pontos sensíveis uma rede de pequenos postos fortificados, encarregados, de uma maneira geral, da vigilância permanente do mar e do ar, e de oferecerem uma primeira resistência a

qualquer tentativa de desembarque anfíbio por meio de barragens de fogos, quando possível contínuas.

No que se refere às medidas que as tropas deveriam adotar, em caso de contacto com forças inimigas, o plano é bastante descritivo, afirmando que os militares deveriam sempre que possível permanecer nos abrigos durante as barragens de fogo do adversário e só sair quando se desse início ao desembarque. Deveriam ocupar, em seguida, posições previamente

“(...) dever-se-ia construir na costa e nos pontos sensíveis uma rede de pequenos postos fortificados, encarregados, de uma maneira geral, da vigilância permanente do mar e do ar, e de oferecerem uma primeira resistência a qualquer tentativa de desembarque anfíbio (...)”

designadas, com as suas metralhadoras ligeiras, granadeiros e atiradores, conforme a sua missão tática de contra-ataque já iniciada pelas metralha-



Vista sobre o Funchal, a partir do posto de observação da Bateria de Costa n.º 2

Posto de Comando e controlo das peças antiaéreas situadas no Pico de São Martinho



doras pesadas presentes nos abrigos reforçados e com linhas de fogo prontas para bater a zona de rebentação, onde estariam as tropas atacantes.

Para efeitos de organização tática, a Madeira foi dividida em sectores, cada um com uma estrutura de comando específica e com uma missão bastante clara atribuída, evitar a “todo o custo” os desembarques anfíbios em qualquer ponto da Ilha, atrasar e deter o avanço de forças inimigas que eventualmente conseguissem romper as defesas costeiras, e repelir, se possível, os atacantes de volta para a orla marítima.

Os defensores deveriam igualmente tentar suprimir qualquer ação de sabotagem e subversão por elementos da 5.ª coluna, bem como cercar e isolar quaisquer elementos de forças aerotransportadas que eventualmente conseguissem aterrar. A defesa antiaérea teria como missão primordial tentar repelir, prejudicar ou dominar as ações da aviação inimiga.

Todos os esforços defensivos tinham em conta um pormenor deveras importante – a Madeira, conforme a sua condição insular, só poderia ser atacada por mar ou pelo ar e nesse sentido as fortificações defensivas refletiam essa realidade, pois as lições da Primeira Grande Guerra, com os bombardeamentos dos submarinos alemães sobre o Funchal, estavam bem presentes na memória dos madeirenses e era necessário evitar a sua repetição. O reforço da capacidade em se defender de ameaças marítimas tornou-se primordial e, nos primeiros meses de 1940, iniciam-se os estudos para a construção de uma Bateria de defesa de costa.

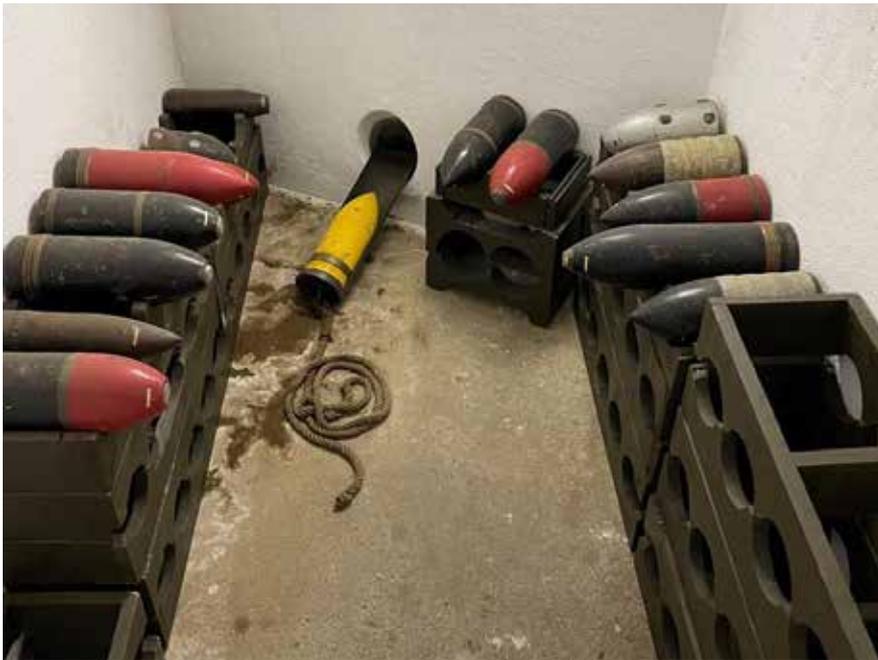
O local escolhido foi o Pico da Cruz em São Martinho. No entanto, a seleção deste sítio não foi aleatória, pois o pico possuía uma vista desimpedida sobre a baía do Funchal. Era uma posição com enorme importância tática devido à cota em que foi edificada e cujas peças podiam ba-

ter, com fogo, uma grande extensão marítima.

A sua construção iniciou-se a 5 de julho de 1940. No entanto, as peças de artilharia só chegaram do continente no dia 25 desse mês, a bordo do vapor Carvalho Araújo e, segundo o relatório elaborado pelo Capitão Agostinho Correia Basto e Pereira, só foi descarregado uns dias após a chegada, por dificuldades impostas pela alfândega do Funchal, pormenor deveras interessante em tempo de guerra.

Foi necessário, entretanto, também alugar e montar um guindaste no molhe da Pontinha, pois o que acompanha o material vinha noutra embarcação, que fora desviada para os Açores. O transporte até ao Pico da Cruz foi, segundo a descrição, muito difícil e moroso devido ao peso avultado do dito material, cujas peças mais pesadas tiveram que ser levantadas com o guindaste para poderem ser carregadas nos camiões que as transporta-

Paio da Bateria de Costa n.º 2, com as munições das peças CTR 15 cm armazenadas



ram. Ao chegar ao topo do pico, que era o único local onde havia estrada, foi necessário montar um guincho e um cursão para facilitar a descida dos materiais até ao local de instalação.

O declive e a distância a percorrer tornaram os trabalhos extremamente difíceis e penosos. É de referir que o tubo que compunha o cano da primeira peça levou dois dias a percorrer cerca de 200 metros e que os pedestais das peças frequentemente enterravam-se no solo, sendo necessário recorrer a ferramentas manuais para a sua libertação.

O Capitão responsável pelos trabalhos afirma, num relatório interno, que o material deslocado para a Madeira se encontrava colocado na frente marítima de Lisboa e que não havia sofrido qualquer beneficiação antes do seu envio, encontrando-se com alguma ferrugem em determinadas peças.

Esta unidade foi designada como Bateria Independente de Defesa de Costa n.º 2 e era constituída por três peças *Krupp 15/40 CTR m/902* com um alcance máximo de 14 km, a obra de construção ficou concluída no dia 21 de novembro de 1940, cerca de 139 dias após iniciada, um feito notável, tendo em conta que os trabalhos foram feitos, na maioria, com recurso à força braçal. O Capitão de Engenha-

ria Floriano Bernardo das Neves foi o diretor da obra e recebeu inúmeros elogios pelo seu desempenho e pela rapidez de execução. No total, durante a construção, movimentaram-se 7000 metros cúbicos de terras, utilizaram-se 2000 metros cúbicos de betão, tendo sido empregues 130 trabalhadores.

A Segunda Guerra Mundial veio, de certa forma, cimentar a utilização massiva do poder aéreo no campo de batalha. Nesse sentido era primordial que o aparelho defensivo madeirense contemplasse medidas para lidar com estas ameaças. No que diz respeito à defesa antiaérea da Ilha, as

zonas escolhidas para instalar peças de artilharia contra aeronaves foram o Pico do Buxo em São Martinho e a zona do Palheiro Ferreiro.

A primeira Bateria Antiaérea que chegou ao arquipélago a bordo do navio Lima, em 10 de janeiro de 1942, foi designada por 7.ª Bateria de Defesa Contra Aeronaves e era oriunda do Grupo de Artilharia Contra Aeronaves n.º 1, de Cascais, a unidade pioneira na defesa antiaérea em Portugal, montada a partir de 1932 pelo depois Coronel e engenheiro madeirense Ernesto Florêncio da Cunha (1890 – 1980), que fora governador-civil do Funchal entre 1927 e 1928.

Era constituída por quatro Oficiais, oito Sargentos e 102 Praças. A segunda Bateria chega em março do mesmo ano, ficando classificada como 8.ª Bateria de Defesa Contra Aeronaves e provinha igualmente do Grupo n.º 1, de Cascais, e com um efetivo idêntico. As peças antiaéreas foram instaladas em São Martinho. Ao longo de 1942, a Madeira receberá mais subunidades, que vão culminar na constituição do Grupo de Artilharia Contra Aeronaves n.º 5.

A Bateria de Referência, equipada com projetores de origem britânica, desembarca na Ilha em 25 de junho de 1942, e em fevereiro de 1943 chega à Madeira a 3.ª Bateria equipada com peças de origem sueca *Bofors 40 mm*.

Neste período, completa-se o dispositivo de defesa contra ameaças



Pormenor dos instrumentos óticos, utilizados nas peças CTR 15 cm

Pormenor dos instrumentos da peça antiaérea Vickers 9.4cm



aéreas e o arquipélago passa a contar com as seguintes unidades: uma Bateria de 9,4 cm fixa, em São Martinho, uma Bateria de 9,4 cm, fixa, na zona do Palheiro Ferreiro, Baterias *Bofors* 40 mm, dispersas por pontos estratégicos na cidade, e a Bateria de referência, que se colocava em pontos com boa visibilidade nas zonas altas do Funchal.

As peças modelo *Vickers* calibre 9,4 cm M/40 MK II, de fabricação britânica, eram multifacetadas e possuíam características que também lhes permitiam efetuar fogo contra alvos de superfície, complementando assim a Artilharia de Costa situada no Pico da Cruz.

Esta unidade de defesa antiaérea foi extinta em janeiro de 1946, tendo sido integrada com a Bateria de Arti-

lharia de Costa n.º 2 no novo Grupo Misto de Artilharia da Madeira. No entanto, a fusão não durou muito e em novembro desse ano o novo grupo é extinto, ficando novamente as vertentes de artilharia presentes na Ilha separadas.

É de referir que as peças antiaéreas *Vickers* calibre 9,4 cm M/40 MK II, situadas no Pico de São Martinho, se encontram no interior de uma unidade militar ativa (Unidade de Apoio da Zona Militar da Madeira) e esse facto foi fundamental para prevenir o seu abandono, como se verificou em estruturas congéneres noutros locais do País. Em 2019 o Exército Português iniciou um processo de reparação e manutenção dessas peças, que agora se encontra concluído, para no futuro tornar as instalações visitáveis

e integradas no projeto de roteiro de Turismo Militar da Madeira.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Bateria de Costa n.º 2 manteve a sua operacionalidade, realizando-se exercícios com fogo real, até ao início da década de 70 do século XX. O aumento da construção de habitações e hotéis, nas proximidades do Pico da Cruz, levou a que fosse necessário suspender a utilização de granadas de 15 cm para a realização de fogo real.

A partir de 1982, passou a utilizar-se um redutor de calibre, que limitava significativamente o impacto produzido pelos disparos. Até 1992, realizavam-se três exercícios anuais que permitiam manter a operacionalidade das peças e das guarnições. No entanto, após esta data, fruto de diversas condicionantes que afetavam as Forças Armadas, passou a realizar-se apenas um exercício anual, até à desativação completa da Bateria de Costa, que ocorreu em 29 de novembro de 1996. Relativamente à preservação deste património histórico-militar do período da Segunda Guerra Mundial, julgo ser de louvar o facto de a Zona Militar da Madeira (ZMM) ter investido na conservação destas instalações, que, felizmente, não sofreram o destino de outras unidades similares no continente, as quais se encontram presentemente num estado de total abandono. No campo de batalha atual, a defesa costeira é normalmente assegurada por meios tecnologicamente mais avançados como mísseis antinavio, peças de artilharia autopropulsionada, 'drones' e aviação equipada com munições de precisão.

Esta evolução militar veio selar em definitivo o destino da Artilharia de Costa, que se tornou num anacronismo, próprio de uma época e de um contexto que não volta mais. No entanto, apesar dos 82 anos desde a sua construção, é incontestável que a Bateria permanece atualmente como uma marca indelével na paisagem do Pico da Cruz e uma memória do que fomos, essencial para sabermos quem somos e pensar no queremos ser enquanto Nação. *JE*

A Companhia de Transmissões n.º 5 em Angola

Portugal assumiu um papel relevante no processo de paz em Angola, em particular nas missões das Nações Unidas, designadamente através da Companhia de Transmissões n.º 5

Aquartelamento da Companhia de Transmissões n.º 5, em Luanda



Após o 25 de Abril de 1974 e o início do processo de descolonização de Angola, foi assinado, logo em janeiro de 1975, o Acordo de Alvor, entre o Governo Português e os principais movimentos partidários angolanos – o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Libertação Total de Angola (UNITA). O documento assinado na vila algarvia estabelecia que, após a independência, Angola seria um Estado livre e soberano, sendo adotada uma constituição, mediada por um governo de transição. Neste governo tomaria parte o alto-comissariado português bem como um representante de cada um dos designados “movimentos de libertação”. No entanto, o governo de transição então criado não lograria alcançar a estabilidade e, em

setembro de 1975 (ainda antes da declaração da independência, ocorrida em novembro do mesmo ano), a FNLA, a UNITA e o MPLA envolveram-se numa guerra civil que se prolongaria por cerca de 15 anos, e na qual intervieram atores internacionais, designadamente tropas cubanas em apoio do MPLA e tropas sul-africanas, ao lado da UNITA.

Somente após o fim da Guerra Fria e a retirada das tropas cubanas de Angola, em 1989, sob a supervisão da ONU (através da missão UNAVEM I, iniciada em janeiro de 1989 e concluída em 25 de maio de 1991), e intensa atividade diplomática, se viria a descortinar uma oportunidade para o restabelecimento da Paz em Angola.

Será, pois, no início dos anos 90 que Portugal, fruto das suas relações históricas e culturais com Angola, assume o papel de mediador nas negociações de paz, ten-

do como observadores os Estados Unidos da América (EUA) e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Em 31 de maio de 1991, é assinado em Bicesse, perto de Lisboa, o Acordo Geral de Paz, também conhecido como Acordo de Bicesse. O Secretário-Geral da ONU enviou então um observador para assistir às negociações de paz e recolher elementos para o planeamento da futura Operação de Manutenção de Paz, a UNAVEM II.

O Acordo de Paz previa o cessar-fogo, a desmobilização das tropas da UNITA e do Governo, com a criação de um Exército único, o desenhar de uma nova constituição angolana e a realização de eleições presidenciais e parlamentares. Para a implementação do Acordo foi constituída a Comissão Conjunta Político-Militar, presidida por cada uma das partes (Governo e UNITA), em rotatividade. Na sua dependência foram constituídas outras comissões dedicadas a áreas técnicas, designadamente a Comissão Política (que se ocupou, entre outros assuntos, da legalização dos partidos políticos e da preparação das eleições), a Comissão Mista de Verificação e Fiscalização (responsável pela fiscalização do cessar-fogo), e a Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas Angolanas (FAA), de cariz político-militar, que tinha por missão dirigir o processo de formação das FAA. Na sua componente militar, a Comissão Conjunta foi chefiada pelo General Alípio Tomé Pinto. Em apoio ao processo, foi ainda instituída a Missão Temporária de Portugal junto das Estruturas do Processo de Paz em Angola, abreviadamente designada por “missão”, tendo Portugal enviado representantes diplomáticos para as estruturas políticas de implementação do Acordo, bem como observadores militares e pessoal técnico no apoio à formação das FAA.

Portugal assumiu um relevante papel como mediador do processo de paz, participando em todas as suas instâncias, entre as quais as missões de paz da ONU. Neste âmbito, a UNAVEM II foi criada com o objetivo de garantir a implementação do



Vista aérea da Companhia de Transmissões n.º 5, 22 de novembro 1997

Acordo de Paz, sendo o seu mandato conferido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, através da Resolução n.º 696 (1991) de 30 de maio.

A UNAVEM II decorreu de junho de 1991 a fevereiro de 1995 e teve por missão a verificação do cessar-fogo, bem como dos acordos de paz, contando com 350 observadores militares que guarneceram 46 pontos críticos, áreas de localização de tropas, depósitos de armamento, portos, aeroportos, postos fronteiriços, etc., em conjunto com representantes do Governo e da UNITA, tendo sido posteriormente chamada a observar e verificar as eleições realizadas em setembro de 1992. Tinha igualmente por missão observar a atuação da polícia angolana quanto à sua neutralidade, em conjunto com elementos da UNITA, tendo, no plano da ajuda humanitária, desenvolvido um programa alimentar de emergência destinado às populações mais carenciadas.

Em finais de 1991 o Governo angolano e a UNITA dirigiram ao Secretário-Geral da ONU um pedido de alargamento do mandato da UNAVEM II, tendo em vista a ajuda técnica a prestar à preparação de eleições,

o que viria a determinar o reforço dos seus efetivos.

As eleições presidenciais e legislativas decorreram em 29 e 30 de setembro de 1992, com o apoio da UNAVEM II, que contou com 400 observadores no terreno, apoiados por 49 helicópteros e 15 aviões. Os resultados eleitorais viriam a dar a vitória ao MPLA (53,74%) face à UNITA (32,1%) e à presidência de José Eduardo dos Santos (49,57%) contra Jonas Savimbi (40,07%). Todavia, estes resultados não foram aceites pela UNITA, que recomeçou as hostilidades em 31 de outubro desse mesmo ano. A situação rapidamente escalou de novo para a guerra civil, havendo a necessidade de reduzir os efetivos da UNAVEM, muito embora prosseguissem os esforços, por parte da ONU, para a reconstrução da paz, designadamente através de pressões sobre a UNITA, bem como de sanções e embargo à venda de armas e outros materiais.

A assinatura do Protocolo de Lusaka, na Zâmbia, em 20 de novembro de 1994, representou um progresso na obtenção da paz, tendo sido declarado válido o Acordo de Bicesse e

adotadas medidas para a desmobilização das tropas da UNITA e reorganização das FAA. O Protocolo integra vários documentos relativos a questões específicas de foro jurídico, militar, policial e político, bem como sobre o papel das Nações Unidas.

Surge então uma nova iniciativa, a UNAVEM III, tendente à resolução pacífica do conflito angolano, a qual contou com a mediação do Representante Especial do Secretário-Geral da ONU e Chefe daquela Missão em Angola, Alioune Blondin Beye, do Mali, e a presença de observadores de Portugal, dos EUA e da URSS.

A ONU iniciou os preparativos de uma nova Operação de Paz, a iniciar-se em fevereiro de 1995, tendo o Conselho de Segurança autorizado, através da Resolução n.º 976 (1995), de 8 de fevereiro, o estabelecimento da UNAVEM III com uma força de 7000 militares, 350 observadores militares, 260 observadores policiais e cerca de 420 funcionários civis recrutados internacionalmente, 300 funcionários recrutados localmente e 75 voluntários das Nações Unidas.

A UNAVEM III era criada com o objetivo de assegurar o respeito pelo cumprimento do cessar-fogo, bem como assistir as partes no restabelecimento da paz e da reconciliação nacional em Angola, com base nos Acordos de Paz, no Protocolo de Lusaka, e nas resoluções do Conselho de Segurança. O seu mandato inicial estendia-se a 8 de agosto de 1995, o qual, devido às dificuldades do processo de paz, acabou por ser prorrogado até 30 de junho de 1997.

O Governo de Angola e a UNITA haviam manifestado a vontade de que militares portugueses integrassem as forças da ONU. E assim, na operação UNAVEM III Portugal participou com observadores militares, elementos para a estrutura de Comando e Estado-Maior da Força, incluindo o Chefe do Estado-Maior do Quartel-General da UNAVEM III, o Coronel Tirocinado de Transmissões Bento Soares, que seguiu para Angola em abril de 1995, juntamente com outros Oficiais e Sargentos portugueses que integraram o Quartel-General (QG) e dois Oficiais de Engenharia, como

observadores. Portugal veio a empenhar uma Companhia de Transmissões e uma Companhia de Logística, que no seu todo envolveram um efetivo total de 603 militares.

O Teatro de Operações de Angola estava organizado em seis Regiões, onde estava implementado um QG Regional (Uíge – no Norte, Saurimo – no Noroeste, Huambo – no Centro, Lubango – no Sul, Menongue – no Sudoeste e Luena – no Este), e, pelo menos, uma unidade de Infantaria de escalão Batalhão, equipas de Observadores Militares e de Polícia, além do QG da Missão, instalado em Belas, Luanda.

Em maio de 1995 foi projetada a Companhia de Transmissões n.º 5 (CTm5), com 101 militares (sete Oficiais, 36 Sargentos e 58 Praças), dos quais 63 eram operadores de rádio, nomeados pelo despacho n.º 130/MDN/95, sob o comando do Major de Transmissões Joaquim Stone, que recebera o Estandarte Nacional das mãos do Presidente da República, Dr. Mário Soares, em 20 de março do mesmo ano. A cerimónia militar decorreu nas instalações do antigo Regimento de Comandos, na Amadora, e contou com a presença do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Cerqueira Rocha.

A CTm5 foi constituída essencialmente por militares e material do BTm4, na sua maioria de Transmissões, tendo a sua missão sido restabelecida a partir da missão da Força, para incluir a exploração do Sistema de Transmissões que garantia o Comando e Controlo das Forças da ONU e, se necessário, apoiar a exploração das comunicações triangulares. Para o efeito, a Companhia era composta por Comando e Estado-Maior, um Pelotão de Centros de Comunicações e um Pelotão de Apoio de Serviços e foi mobilizada e sustentada pelo Depósito Geral de Material de Transmissões do Governo Militar de Lisboa.

O deslocamento do pessoal da CTm5 para Angola foi realizado em duas fases, a primeira teve lugar em 12 de maio de 1995, constituída por 11 militares e chefiada pelo Comandante da Companhia e a segunda

Brasão da Companhia de Transmissões n.º 5



fase, constituída por 86 militares, chegou a Luanda em 26 de maio, enquadrada pelo 2.º Comandante da Companhia, Capitão de Transmissões Carlos Ribeiro.

O material foi transportado por via marítima, no navio "Dragasani", fretado pela ONU, e carregado no cais de Alcântara, tendo partido de Lisboa a 13 de maio e chegado a Luanda no dia 28. Para acompanhar o material seguiram no navio quatro militares da CTm5.

A edição do *Jornal do Exército* n.º 428, de agosto de 1995, dava conta da chegada da Companhia de Transmissões n.º 5 a Luanda:

A 26 de maio, chegou a Luanda a Companhia de Transmissões n.º 5. Esta unidade, com um efetivo de 101 militares portugueses, juntamente com a Companhia Logística e com um conjunto de Oficiais e Sargentos para o QG da força e QG regionais, constitui a prevista contribuição de Portugal para a Operação de Verificação das Nações Unidas III, em Angola (UNAVEM III).

A CTm5 ficou localizada em Belas (Luanda) e constituiu Centros de Comunicações (CCom) no QG da UNAVEM III, no aquartelamento da companhia (CCom de Alternativa) e nos QG Regionais (Uíge, Saurimo, Luena, Huambo, Lubango e Menongue). A sua missão¹ consistia então em estabelecer uma interface de comunicações entre os seis QG

regionais e o QG da Força em Belas. Incumbiu à CTm5, designadamente:

- Fornecer comunicações triangulares entre as Nações Unidas, o Governo de Angola e a UNITA;
- Fornecer 63 operadores de rádio fluentes em inglês e preparados para operar CCom;
- Instalar, operar e manter CCom nos QG regionais e, com limitações, nos CCom do QG da Força;
- Fornecer assistência na instalação, manutenção e reparação do material de comunicações e infraestruturas associadas;
- Fornecer, em casos especiais, assistência na reparação de material crítico local da ONU e de Angola.

Assim, para cumprir a sua missão, o Pelotão de Centros de Comunicações implementou as seguintes redes de comunicações²:

- Rede Nacional de Comando, com equipamentos da família P/GRC 301, de Alta Frequência (*high frequency* - HF), para estabelecer ligação por fonia entre o QG da Força e os QG regionais;
- Rede de Comunicações via satélite INTELSAT, que permitiu o tráfego telefónico e fax entre o QG da Força e os QG regionais;
- Rede RATT (*radio tele type*), com equipamentos da família P/GRC 301 e Teleimpressores SIEMENS T-1000, em HF, para interligar o QG da Força e os QG Regionais, a qual constituiu reserva aos meios de comunicações da ONU, servindo também de Rede de Comando da CTm5 na ligação aos CCom;
- Comunicações via satélite INMARSAT (de *International Maritime Satellite Organization*), com o sistema CAPSAT, que permitiu o tráfego de mensagens sob a forma de ficheiro, para estabelecer a ligação entre os QG e as equipas de Observadores, e também ao Território Nacional;
- Rede Triangular, com equipamentos da ONU (VHF e HF) instalados nos QG Regionais para estabelecer a ligação aos representantes das FAA e da UNITA;
- Rede VHF (*very high frequency*) de comando e operações da Companhia, com equipamentos da família P/PRC 425, instalados em via-

turas, para manter a ligação entre o aquartelamento e as viaturas em movimento no exterior;

- Rede Multicanal, com equipamentos de Feixes Hertzianos, para ligar a CTm5 ao QG da Força, à Área Logística de Viana e à Embaixada de Portugal em Luanda;
- Comunicações para a retaguarda (Portugal) pelo sistema POSAT-1, que permitiu o envio de ficheiros para outras estações do mesmo tipo;
- Comunicações para a retaguarda via HF, permitindo fonia e RATT para as outras estações da rede.

A CTm5, através Pelotão de CCom, garantiu o seu apoio de comunicações à UNAVEM III, através da instalação de todo o sistema de transmissões e dos circuitos telefónicos para ligação ao exterior. Assim, organizou-se em equipas de Exploração de Transmissões, para manter o funcionamento 24 horas por dia, aos seguintes órgãos:

- O CCom do QG da Força ou da Missão, constituído por três Sargentos e seis Praças, dispunha de uma Cabine Central Telefónica; duas Cabines RATT; duas Cabines Terminal de FHZ; uma Cabine Repetidora de FHZ; e um Terminal de

Satélite INMARSAT C;

- Os CCom dos QG regionais, constituídos por dois Sargentos e quatro Praças, dispunha de uma Cabine RATT e um Terminal de Satélite INMARSAT C;
- No Comando da CTm5 existia uma Cabine *Rear Link*; uma Cabine Terminal de FHZ; uma Cabine Central Telefónica; uma Cabine RATT; duas Cabines de Planeamento e Controlo e duas Cabines Oficinas de Material de Transmissões.

Enquanto o Pelotão de CCom era responsável pelo apoio de comunicações da UNAVEM III, à própria CTm5 e ligação à Embaixada de Portugal em Angola, o Pelotão de Apoio de Serviços era responsável pelo apoio logístico da Companhia e dos militares destacados nos QG regionais, manutenção dos equipamentos e viaturas e pela segurança do aquartelamento.

O esforço desenvolvido pela CTm5 concretizou-se ainda nos trabalhos de edificação do seu aquartelamento, bem como das instalações necessárias às comunicações, tendo sido notável o labor dos seus militares numa dimensão de contributo para o desenvolvimento local. Disso deu conta o próprio Comandante da



Escola de Luanda



UNAVEM III, Major-General Garuba, em visita efetuada ao Aquartelamento da CTm5, em 21 de julho de 1995. Os trabalhos conduzidos pela CTm5 foram também evidenciados aquando da celebração do Dia de Portugal nesse ano:

Foi feito um grande esforço pela CTm5 no que respeita ao levantamento do estacionamento, no sentido de se poder celebrar o Dia de Portugal com dignidade, e mostrar à ONU, e às comunidades angolana e portuguesa, uma prova real das capacidades desta Unidade.

A cerimónia foi presidida pelo Representante Especial Adjunto do Secretário-Geral das Nações Unidas, Sr. Khaled Yassir, com a presença do Comandante Interino da Força UNAVEM III, Brigadeiro-General Saksena, do Chefe de Estado-Maior da Força, Coronel Tirocinado de Transmissões Bento Soares, do Embaixador de Portugal em Angola, Dr. João Rocha Páris, e esposa, do Cônsul-Geral de Portugal em Luanda, e esposa, de vários chefes das secções civis e militares da UNAVEM III, de todos os Portugueses dos programas de cooperação, de comandantes dos contingentes militares

bem como de numerosos convidados civis e militares.

In *Jornal do Exército*, n.º 428, agosto de 1995

No final desta cerimónia, o Sr. Khaled Yassir e o Embaixador João Rocha Páris deixaram, respetivamente, as seguintes opiniões no Livro de Honra da CTm5:

No dia de Portugal, em que tive o privilégio de visitar a vossa Unidade quero-vos transmitir as minhas felicitações pela efeméride e formulo os meus votos de sucessos no cumprimento da vossa nobre missão pela paz em Angola sob a bandeira das Nações Unidas (...).

(...). Ser testemunha do magnífico trabalho que a CTm5 está a fazer em Angola, que honra Portugal e todos os portugueses que aqui vivem e trabalham, é um motivo de legítimo orgulho para todos nós (...).

No dia 4 de julho de 1995, a CTm5 recebeu a visita oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Durão Barroso, acompanhado pelo Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, Maître Alioune Blondin Baye, que durante o almoço, perante o Ministro e demais

convidados, designou a CTm5 de “A Pérola da UNAVEM III”, designação que seria adotada pela Companhia. No final desta visita, o Dr. Durão Barroso registou no Livro de Honra da CTm5 a seguinte opinião:

Foi para mim uma ocasião inesquecível esta visita à Companhia de Transmissões portuguesa da UNAVEM III, acompanhado pelo Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Por aquilo que já me foi comunicado acerca do trabalho e por aquilo que eu próprio pude observar, fiquei ciente de que, com o vosso espírito de missão e profissionalismo, muito fareis para honrar o bom nome das Forças Armadas Portuguesas e para honrar Portugal.

A Companhia recebeu a visita das mais Altas Entidades do Estado, políticas, diplomáticas, militares e religiosas, bem como de entidades estrangeiras. Entre as primeiras, encontram-se os Presidentes da República Dr. Mário Soares (em 1996) e Dr. Jorge Sampaio (em 1997), bem como o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Almirante Fuzeta da Ponte (1996) e o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Cerqueira Rocha (1996), e os comandantes da Força Militar da UNAVEM III.

Por ocasião da sua visita à CTm5, o Dr. Mário Soares deixou o seguinte registo no Livro de Honra da unidade:

Felicito reconhecido a CTm5 e o seu Comandante Stone, pelo excelente trabalho que tem realizado, ao serviço da Paz, do entendimento internacional e de Portugal. Sinto-me muito orgulhoso pelo prestígio granjeado pela Companhia, que honra Portugal e muito agradeço.

Para além das datas nacionais, a CTm5 organizou outras cerimónias e eventos, em apoio à Missão das Nações Unidas e das suas Unidades, passando a ser considerada “a sala de visitas” da UNAVEM III, da comunidade portuguesa em Luanda e de Portugal. A estas festividades associou-se sempre a comunidade portuguesa residente em Angola. A exemplo do que sucedera em Moçambique com o Batalhão de Transmissões n.º 4, a

CTm5 foi muito bem acolhida pela população local, tendo-se estabelecido um bom relacionamento entre os militares e a comunidade. Nesse âmbito tiveram expressão algumas iniciativas de carácter solidário, as quais contribuíram para reforçar os laços de amizade com o povo angolano.

O pessoal da CTm5 foi sendo renovado através de rotações, ocorridas semestralmente, mas na generalidade verificou-se uma permanência de efetivos para além deste período mínimo. Em 19 de dezembro de 1996, assumiu o Comando da CTm5 o Major de Transmissões Carlos Chambel, que foi substituído em 26 de novembro de 1997 pelo Major de Transmissões Ricardo Costa.

Face às permanentes violações do cessar-fogo entre as partes em conflito, em 30 de junho de 1997 terminou a Operação da UNAVEM III, sendo substituída pela Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA), criada pela Resolução n.º 1118/97 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, tendo por finalidade promover a reconciliação nacional, consolidar a implementação do processo de paz e garantir o início do processo democrático e eleitoral.

À semelhança da UNAVEM III, a MONUA integrava também militares portugueses na estrutura de comando e Estado-Maior no QG da Força, incluindo o Chefe do Estado-Maior, observadores e polícias militares, um Destacamento Sanitário composto por 63 militares, a CTm5, entretanto reduzida para 91 militares e a CLog6 reduzida a 100 militares.

Apesar de todos os esforços na implementação do processo de paz em Angola, devido às constantes violações do cessar-fogo no terreno, o mandato da MONUA não foi renovado e a Missão encerrou oficialmente em 24 de fevereiro de 1999.

A participação portuguesa na

UNAVEM III contribuiu para a melhoria das condições propícias a um acordo de paz que, como é sabido, só mais tarde viria ser uma realidade, dado que nem o MPLA nem a UNITA manifestavam, por essa época, uma vontade sincera de baixar armas, protelando sistematicamente a implementação do Protocolo de Lusaka. As permanentes violações ao cessar-fogo e os ataques a postos e a pessoal levariam mesmo a ONU a alterar o carácter da missão, recuando no respeitante a meios e funções³. Todavia, diga-se em abono da verdade que a presença portuguesa em Angola foi considerada um sucesso, no âmbito da missão multinacional em que esteve inserida, em grande parte pela proximidade cultural com o povo angolano e a facilidade em

estabelecer relações no terreno, mas também pelo importante contributo técnico prestado, mormente no âmbito dos sistemas de comunicações implementados no país.

Por fim, releva-se também o registo do General Cerqueira Rocha (1996) no Livro de Honra da CTm5:

O Comandante do Exército acompanha e conhece o trabalho que a CTm5 vem desenvolvendo no âmbito da UNAVEM III (...). Não me surpreendem, pois o que vejo neste peculiar e bonito aquartelamento, construído com a criatividade, o carinho e a funcionalidade que somente o Soldado Português sabe e executa no terreno. Como disse S. Ex.^a. o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, a CTm5 é a PÉROLA DA UNAVEM III! JE



Visita do Secretário-Geral das Nações Unidas, 21 de dezembro de 1996

¹ In <https://historiadastransmissoes.wordpress.com/2012/01/30/a-ctm5-na-unavem-iii/> página consultada em 13 de março de 2023.

² Idem.

³ Com efeito, a Resolução do Conselho de Segurança da ONU n.º 1118 (1997), de 30 de Junho, veio a decidir estabelecer uma nova missão de paz, a MONUA – Missão de Observação das Nações Unidas em Angola, tendo em vista estabelecer mecanismos de reconciliação nacional que assegurassem um ambiente estável e de confiança entre o MPLA e a UNITA, sem o qual não seria possível fazer cumprir os acordos.

* Colaboração:

Brigadeiro-General Carlos Ribeiro

Decorreu no final do mês de abril, na Carreira de Tiro de Fervença, em Barcelos, uma prova de tiro desportivo integrada no torneio “Os Campeões”, dedicada ao Coronel do Exército Godinho dos Santos, chefe da Equipa de Tiro do Exército.

Num total de 45 inscritos, salientam-se os seguintes lugares no pódio:

Coronel Godinho Santos: 2.º lugar em Pistola *Standard* e em Pistola *Sport*;

Primeiro-Sargento Daniel Rodrigues: 2.º lugar em Pistola de Percussão Central e 3.º lugar em Pistola *Standard*;

Sargento-Ajudante Filipe Neves: 3.º lugar em Pistola de Percussão Central.



O 1.º Cabo João Protásio, do Regimento de Lanceiros n.º 2, conquistou o 1.º lugar na Meia Maratona “Lisbon Eco Marathon”, realizada em 7 de maio, no Parque Florestal de Monsanto.

Esta prova, assente na Ecologia, na Competição e na Solidariedade Social, foi concluída por cerca de 400 atletas federados e populares, distribuídos por diversos escalões etários.

Márcio Neves, Sargento-Ajudante do Exército Português, sagrou-se Campeão Mundial de Veteranos no 24.º Campeonato Mundial Militar de Triatlo, que decorreu no período de 5 a 9 de maio, em Brive-la-Gaillarde, França. Este militar integrou a Delegação Portuguesa, constituída pelo Chefe da Missão, pelo Seleccionador (Sargento-Ajudante José Rodrigues) e 13 atletas, sendo do Exército Português: o Alferes José Felício, a Cabo-Adjunta Eduarda Vidigueira e o Segundo-Cabo Aliu Camará.

As competições realizaram-se nos dias 7 e 8 de maio, envolvendo atletas de 20 países, tendo no primeiro dia decorrido a prova de Triatlo *Standard*, que definiu os Campeões Mundiais Militares Elite e Veteranos, de ambos os géneros, que percorreram 750 m de natação, 40 km de ciclismo e 10 km de corrida.



A prova “*Lynx Race*”, constituída por um percurso de 11 quilómetros em terreno acentuado e mais de 30 obstáculos naturais e artificiais, realizou-se no dia 13 de maio, no Regimento de Comandos, em Sintra.

A Equipa do Exército obteve os seguintes resultados individuais de destaque:

- Primeiro-Sargento Inês Vicente: 3.º Classificado no escalão 30-34 e 9.º Classificado absoluto feminino;
 - Segundo-Sargento José Silva: 2.º Classificado no escalão 35-39 e 5.º Classificado absoluto masculino;
- Relativamente à classificação coletiva, destaca-se o 3.º lugar alcançado pela equipa do Exército Português.



Realizou-se no dia 21 de maio, na Escola das Armas, a Cerimónia de Encerramento da LXV Semana Equestre Militar, que decorreu no período de 12 a 21 de maio, com a participação da Guarda Nacional Republicana e delegações do Exército e da *Guardia Civil* de Espanha e, ainda, de diversos cavaleiros civis.

Este ano, para além das tradicionais competições nas disciplinas de Ensino, Obstáculos e Concurso Completo de Equitação, a Semana Equestre Militar integrou no seu programa um Espetáculo Equestre. Participou nesta edição da Semana Equestre Militar um total de 183 conjuntos.

Militares do Exército conquistaram o 1.º lugar individual e coletivo na prova “*Brutus Brave Lake*”, a contar para a Liga “*Obstacle Course Racing*”, que se realizou em 28 de maio, na região de Mira. A competição “*Brutus Brave Lake*” decorre num percurso de 10 quilómetros e mais de 30 obstáculos naturais e artificiais.

Neste evento desportivo o Exército Português fez-se representar por nove elementos (seis masculinos e três femininos).

A Equipa do Exército obteve os seguintes resultados individuais de destaque:

- Segundo-Sargento José Silva: 1.º Classificado no escalão 35-39 e 2.º Classificado absoluto masculino;
- Primeiro-Sargento Carlos Pinto: 2.º Classificado no escalão 35-39 e 4.º Classificado absoluto masculino.



Hipertensão Arterial, um fator de risco cardiovascular a não esquecer!

A Hipertensão Arterial é na maioria das vezes assintomática. A vigilância regular é essencial. A melhor forma de a prevenir e tratar é adotar estilos de vida saudáveis!

HIPERTENSÃO ARTERIAL

O que é? É uma doença crónica em que a pressão arterial está elevada!
ou seja...

A **Máxima** é igual ou superior a **140 mmHg** ou a

Mínima é igual ou superior a **90 mmHg**.



“Máxima” ou Sistólica: mede a pressão dentro dos vasos durante a contração do coração.

“Mínima” ou Diastólica: mede a pressão dentro dos vasos quando o coração se relaxa.

“Pulso” ou Frequência Cardíaca: mede os batimentos cardíacos por minuto.

Monitor de pressão arterial (figura 1)

No dia 17 de maio, foi comemorado o Dia Mundial da Hipertensão Arterial, uma data que tem como objetivo promover a consciencialização pública sobre esta doença e a sua prevenção. Este pequeno artigo insere-se precisamente numa tentativa de contribuir para essa consciencialização e conhecimento de uma patologia particularmente desafiante, uma vez que na maioria das vezes é assintomática e silenciosa, mas tem consequências nefastas.

A pressão arterial normal permite que o sangue se distribua por todo o corpo. O valor de pressão arterial varia ao longo do dia e aumenta de forma fisiológica em diferentes situações (esforços físicos, *stress*, por exemplo). A patologia ocorre quando o valor se mantém elevado de forma crónica ou quando aumenta subitamente de for-

ma inapropriada. Define-se Hipertensão Arterial (HTA) quando a pressão sistólica (máxima) é maior ou igual a 140 mmHg, ou a pressão diastólica (mínima) é maior ou igual a 90 mmHg.

A nível mundial, estima-se que a HTA afeta cerca de 30 a 45% da população, com uma tendência crescente, tornando-se progressivamente mais comum com o avançar da idade, com uma prevalência de 60% na população com mais de 60 anos. Em Portugal, estima-se que a prevalência de HTA na população adulta seja aproximadamente 40%.

A HTA mantém-se um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares, incluindo enfarte agudo de miocárdio e acidente vascular cerebral, que continuam a ser as principais causas de morte a nível mundial. Por outro lado, surge frequentemente

associada a outros fatores de risco cardiovasculares como a dislipidemia (colesterol elevado), diabetes *mellitus*, obesidade, tabagismo.

Como avaliar a pressão arterial?

A medição deve ser feita num ambiente calmo, e após um período de descanso de três a cinco minutos sentado. Não se deve fumar, comer ou praticar exercício físico 30 minutos antes da medição, nem falar durante a mesma. Deve sentar-se com as costas apoiadas e os pés pousados no chão. A braçadeira deve ser colocada a meio do braço, ao nível do coração, devidamente ajustada. Faça duas ou três medições com um - dois minutos de diferença e anote o resultado de acordo com as indicações da figura 1.

O que fazer então para prevenir ou controlar esta patologia?

Torna-se fundamental baixar o risco cardiovascular global através da adoção de hábitos de vida saudáveis – Figura 2. Caso estas medidas de alteração dos hábitos de vida não sejam suficientes, deverá ser introduzida terapêutica farmacológica.

A nível do Exército, o controlo médico-fisiológico antes da realização das provas de aptidão física constitui um momento privilegiado para o rastreio desta patologia e a consulta médica uma oportunidade para o ensino e incentivo à adoção de medidas de alteração do estilo de vida!



Principais medidas de estilo de vida para prevenção e controlo da Hipertensão Arterial (figura 2)

- 

Diminuição da ingestão de sal (<5g/d)

 - Evitar enchidos, queijos, enlatados, comidas pré-preparadas, aperitivos
- 

Dieta mediterrânica

 - Baixo teor de gorduras saturadas/ animais
 - Aumento da ingestão de fruta e vegetais
- 

Restrição do consumo de bebidas alcoólicas
- 

Abstenção tabágica
- 

Prática de exercício físico

 - 150 a 300 minutos, por semana, de atividade física moderada

Autor: João Pais, Capitão de Medicina, especialista em Cardiologia, na unidade de Saúde Tipo II de Évora

O Exército recebe o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas



O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, General José Nunes da Fonseca, visitou o Exército Português, no dia 5 de maio.

O General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, acompanhado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Eduardo Mendes Ferrão, recebeu a Apresentação de Cumprimentos do Exército, na Sala D. Maria II do Museu Militar de Lisboa.

No decorrer desta visita assistiu ainda a um brífingue sobre o posicionamento do Exército Português na Segurança e Defesa, após o qual assinou o Livro de Honra deste Ramo.

Exército de Espanha condecora Oficial-General Português

Em 8 de maio de 2023, no Palácio da Buenavista, em Madrid, o Quartel-General do Exército do Reino de Espanha, o Chefe do Estado-Maior do Exército do Reino de Espanha, General de Exército D. Amador Enseñat y Berea, condecorou, com a Grã-Cruz do Mérito Militar – Distintivo Branco, o Major-General João Pedro Rato Boga de Oliveira Ribeiro, 2.º Comandante do NATO *Rapid Deployable Corps – Spain*, sediado em Bétera, na província de Valência.

Esta cerimónia contou com a presença do Chefe do Estado-Maior do Exército Português, General Eduardo Mendes Ferrão.

A distinção agora concedida tem por objetivo “recompensar e distinguir individualmente os membros das Forças Armadas e do Corpo da Guarda Civil, pela realização de ações e feitos ou a prestação de serviços de destacado mérito ou importância, assim como ao pessoal civil pelas suas ações meritórias relacionadas com a defesa nacional, concedendo-se a categoria de Grã-Cruz de acordo com o grau institucional, administrativo, académico ou profissional da pessoa agraciada.”



Despedida do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército

Decorreu, no dia 16 de maio de 2023, na Escola das Armas, em Mafra, a Cerimónia Militar de despedida do anterior Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Rui Davide Guerra Pereira, na sequência da sua passagem à situação de reserva, após 44 anos de serviço ativo no Exército Português. O Chefe do Estado-Maior do Exército, General Eduardo Mendes Ferrão, presidiu a esta cerimónia, na qual esteve igualmente presente a Estrutura de Comando do Exército Português.



Tomada de Posse do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército



No dia 17 de maio, teve lugar, na Sala D. Maria II do Museu Militar de Lisboa, a Cerimónia de Tomada de Posse do novo Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Francisco Xavier Ferreira de Sousa, que substituiu no cargo o Tenente-General Guerra Pereira.

O Tenente-General Xavier de Sousa desempenhou anteriormente o cargo de Comandante da Logística.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, General Eduardo Mendes Ferrão, presidiu à Cerimónia de Tomada de Posse.

Rotação das Forças Nacionais Destacadas na Roménia

No dia 21 de maio, a 4.ª Força Nacional Destacada de Operações Especiais, foi projetada para o Teatro de Operações da Roménia. A missão integra-se no âmbito das *Enhanced Vigilance Activities* da NATO e da cooperação bilateral entre Portugal e a Roménia.

No âmbito da referida Missão, em 25 de maio, a Companhia de Atiradores Mecanizada da 3.ª Força Nacional Destacada foi projetada para o mesmo Teatro de Operações. Esta Força é composta por 200 militares, 182 homens e 18 mulheres, sendo 196 militares do



Exército Português, dois militares da Marinha Portuguesa e dois militares da Força Aérea Portuguesa.

As referidas Forças irão participar em exercícios e atividades de Treino Operacional com Unidades congéneres, num contexto de aprofundamento da presença da Aliança Atlântica e do incremento da capacidade de dissuasão e defesa desta organização, bem como de testar a interoperabilidade das forças num contexto multinacional.

Atividades culturais do Exército Português

No âmbito cultural, o Exército vem promovendo diversas iniciativas que têm permitido uma divulgação da sua atividade, para além de proporcionarem momentos de lazer e uma interação importante com as populações.

De entre as múltiplas iniciativas de índole cultural ocorridas no mês de maio, destaca-se um Espetáculo Equestre, inserido na LXV Semana Equestre Militar, que decorreu, no dia 13 de maio, o qual atraiu centenas de pessoas à Escola das Armas. Este evento visou apresentar o Sistema de Equitação Militar em vigor no Exército, começando pela criação cavalariça, passando pela representação das fases iniciais do ensino e da preparação que é feita para a competição dos conjuntos equestres para as diversas disciplinas olímpicas. A Semana Equestre Militar é um evento que se realiza anualmente desde 1955 e é, atualmente, o acontecimento desportivo castrense de maior tradição.

Merece ainda destaque o Concerto de Primavera, que acolheu cerca de 1000 pessoas na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, no dia 21 de maio. O evento teve subjacente um cariz solidário, destinando-se a apoiar a Cáritas Portuguesa na ajuda a cidadãos e famílias carenciadas.

O espetáculo musical contou com a atuação da Banda Sinfónica do Exército Português e com a participação especial da Soprano Margarida Silva e da Mezzo-Soprano Rita Filipe, sob a direção musical do maestro Major Alexandre Coelho.



Efemérides no Exército Português



De entre os diversos acontecimentos que constroem a memória do Exército Português, destacamos algumas comemorações realizadas no anterior mês de maio.

Educar pelos “Valores”, Liderar pelo “Exemplo” e Ensinar para o “Sucesso”. Foi sob este lema que decorreram as comemorações do 220.º Aniversário do Colégio Militar (CM) que tiveram início no passado dia 6 de maio na Feitoria do CM, berço do Colégio, com o acender da “Chama Cole-

gial”, “símbolo vivo” e eloquente do Espírito Colegial, sendo esta transportada para as instalações do CM, no Largo da Luz, onde foi prestada uma homenagem aos Antigos Alunos mortos em campanha e impostas condecorações a militares e funcionários civis que prestam serviço no CM.

Como corolário das comemorações do 220.º Aniversário do CM, decorreu, no dia 7 de maio, o tradicional e emblemático desfile do Batalhão Colegial e da Escolta a Cavallo, na Avenida da Liberdade, em Lisboa.

A Cerimónia Militar foi presidida pelo Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, General José Nunes da Fonseca, acompanhado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Eduardo Mendes Ferrão.



A Zona Militar da Madeira realizou no dia 18 de maio, a cerimónia militar alusiva às comemorações do seu 187.º aniversário, presidida pelo Representante da República para a Região Autónoma da Madeira, Juiz Conselheiro Ireneu Cabral Barreto, acompanhado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército. Comemorou-se no dia 23 de maio, em Tancos, o 67.º Aniversário do Dia do Regimento de Paraquedistas e das Tropas Paraquedistas, que contou com a presença de inúmeros militares e civis. Ao longo da sua existência, os paraquedistas participaram nos três teatros de operações no conflito em África, enquanto unidades de intervenção, e, posteriormente, em operações de manutenção e imposição de paz em Timor-Leste, na Bósnia-Herzegovina, no Kosovo, no Afeganistão, no Mali e, atualmente, na República Centro-Africana. Transversalmente aos tempos e aos diversos teatros de operações em que atuam está a divisa marcada nos estandartes das unidades paraquedistas: "Que nunca por vencidos se conheçam". A Cerimónia Militar foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, e contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Constância, Dr. Sérgio de Oliveira, entre outras entidades civis e militares.



No dia 26 de maio, assinalou-se o Dia Festivo da Direção de Educação e o 112.º Aniversário do Instituto dos Pupilos do Exército (IPE), tendo a Cerimónia Militar sido presidida pelo Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, acompanhado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército. No dia seguinte, decorreu nos Jerónimos o tradicional desfile do Batalhão Escolar, seguido de uma eucaristia, na Igreja do Mosteiro dos Jerónimos, celebrada pelo Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança, Dom Rui Valério, em memória de todos os que serviram no IPE, tendo contado com a presença de entidades militares, civis e familiares dos alunos do IPE.



Rotação da Força Nacional Destacada na República Centro-Africana

No dia 29 de maio, realizou-se no Campo Portugal, em Bangui, a Cerimónia de Transferência de Autoridade entre a 12.^a e a 13.^a *Quick Reaction Force* para a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA).

A 13.^a *Quick Reaction Force* foi projetada após o culminar de um ciclo de treino de aprontamento com a duração de seis meses, o qual integrou a participação em diversos exercícios de escalão Grupo de Combate. Esta Força é composta por 215 militares, (206 homens e nove mulheres) sendo 209 militares do Exército Português, quatro militares da Força Aérea Portuguesa e dois militares da Marinha Portuguesa.



Apoio do Exército Português à Comunidade

O Exército Português, sob o lema “Ao serviço dos Portugueses”, vem desde sempre prestando apoio à comunidade, nas mais diversas áreas de atuação, através de Missões de Apoio ao Desenvolvimento e Bem-Estar da População, traduzindo-se numa demonstração da capacidade de duplo uso. Deste modo, no mês de maio, destacou-se a ação dos nossos militares em diversas iniciativas. Pela sua relevância, descrevem-se algumas delas.

Foi assinado um Protocolo de colaboração com o Município de Sintra e a Empresa Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A. no âmbito do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, o qual tem como objetivo o apoio do Exército na execução de patrulhas de vigilância e dissuasão, contribuindo para a prevenção dos Fogos Rurais naquela Serra, patrulhas essas que estarão a cargo do Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1 e do Regimento de Comandos. O Exército Português irá disponibilizar diariamente uma viatura e militares para realizar patrulhas de vigilância e dissuasão durante o período crítico, de 8 de maio a 29 de outubro.



ACONTECIMENTOS



Um Destacamento de Engenharia do Regimento de Engenharia n.º 3, constituído por quatro militares e dois tratores de lagartas, apoiou o Município de Mira na regularização do areal das principais praias de Mira, de forma a criar um perfil que minimize e corrija os efeitos erosivos naturais e, em simultâneo, otimize a utilização das praias durante a época balnear.

O Agrupamento Sanitário do Exército tem empenhado, desde há três meses, um Módulo Sanitário na Ilha do Corvo. Desde então, foram efetuados, nas suas instalações, cerca de 1918 atos clínicos, tendo-se registado, até a data, um total de 771 consultas médicas, 1059 apoios de enfermagem (incluído 27 vacinações CoViD e 10 rastreios oncológicos). Foram ainda admitidos 50 doentes urgentes e efetuadas 30 consultas de nutrição. No âmbito da peregrinação ao Santuário de Fátima, por ocasião das celebrações do “13 de Maio”, o Exército, através da Brigada de Intervenção, do Regimento de Manutenção e do Regimento de Transportes, prestou apoio logístico aos Peregrinos originários de diversas regiões do País, na sua caminhada até Fátima. Entre estes apoios realça-se a instalação de tendas de campanha para acolher cerca de 300 pessoas, para além de ter cedido camas, um gerador e um atrelado de água.



O Exército, através do Regimento de Engenharia n.º 3, do Regimento de Cavalaria n.º 6, do Regimento de Guarnição n.º 1, do Regimento de Guarnição n.º 3 e da Unidade de Apoio do Quartel-General da Zona Militar da Madeira, apoiou, nos dias 6 e 7 de maio, o Banco Alimentar Contra a Fome, na recolha, acondicionamento e transporte de alimentos. Este apoio contou com viaturas e militares, materializando-se no transporte e separação de bens alimentares dos supermercados para os armazéns.





A Atividade Operacional do Exército

— em Maio —

SWIFT RESPONSE 23 **1**

[Exército / Espanha / outros países NATO]

- Espanha
- 07 - 18 maio
- 70 Militares

BRILAT CIS **2**

[Exército / Espanha]

- Espanha
- 22 - 26 maio
- 08 Militares

NORDIC MILITARY WORKING DOG **3**

[Exército / Suécia]

- Suécia
- 27 maio - 10 junho
- 04 Militares

SCORPION LEGACY 23 **4**

[Exército / Bulgária / EUA / França / Roménia]

- Roménia
- 28 maio - 10 junho
- 185 Militares



A Atividade Operacional do Exército — em Maio —

ORION 23 ¹

[Exército / Força Aérea / Espanha / EUA / França / Roménia]

-  Campo Militar de Santa Margarida
-  02 - 12 maio
-  1209 Militares

SEGURANÇA 23 ²

[Exército]

-  Brigada de Intervenção
-  22 - 26 maio
-  1345 Militares

FOCA 232 ³

[Exército / Marinha]

-  Ilha Terceira
-  24 maio
-  30 Militares

CANÁRIO 232 ⁴

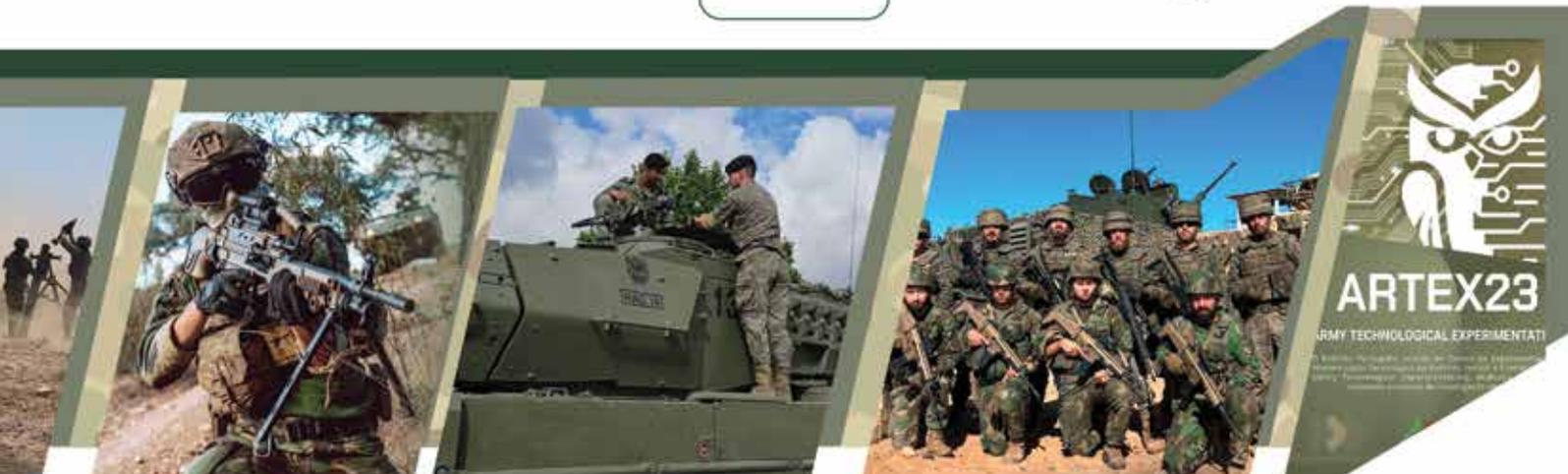
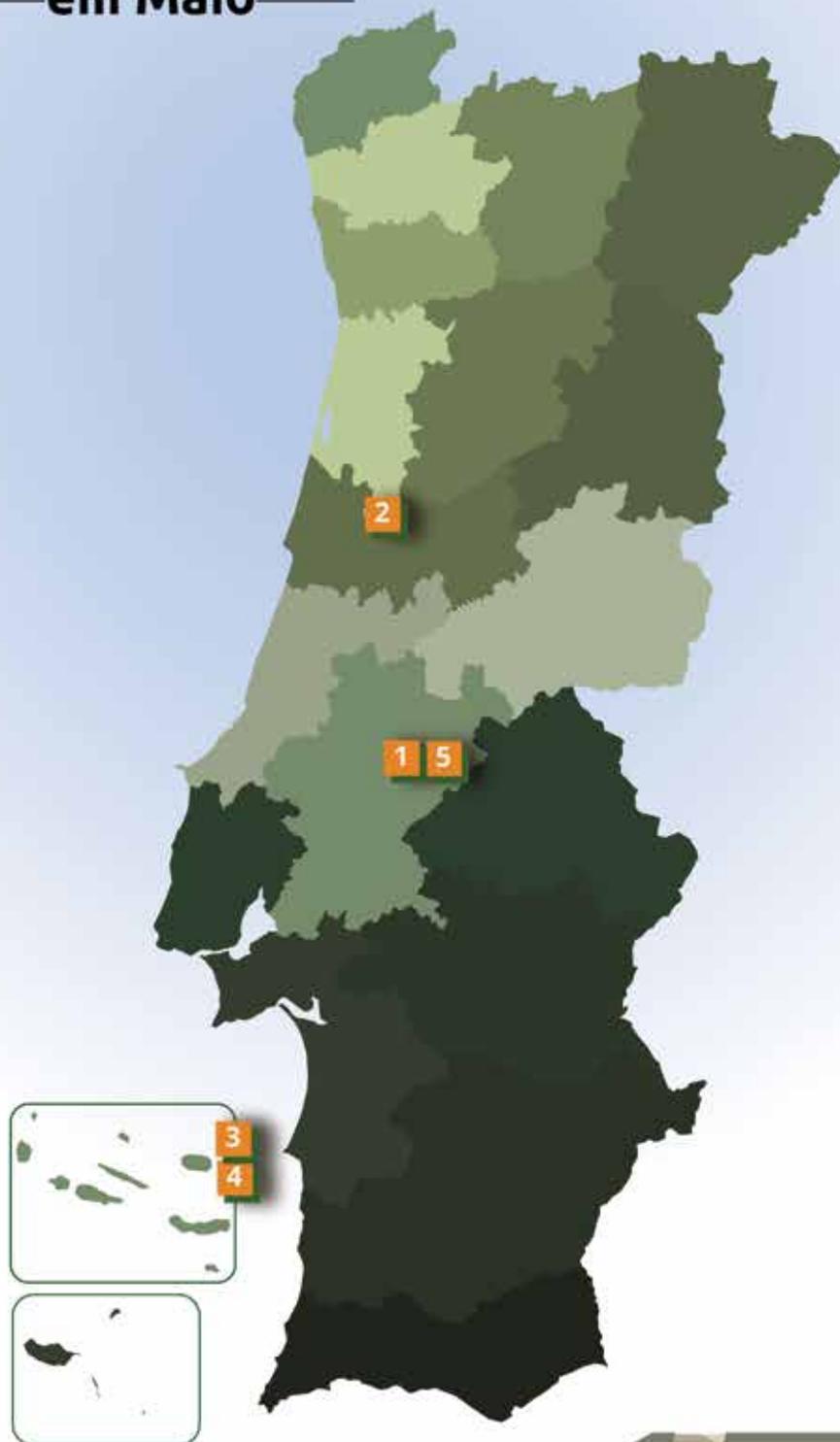
[Exército / Força Aérea]

-  Ilha Terceira
-  25 maio
-  40 Militares

ARTEX 23 ⁵

[Centro de Experimentação e Modernização Tecnológica do Exército]

-  CMSM / RE1 / Constância
-  22 maio - 02 junho
-  06 Empresas / 02 Centros de Investigação / 01 Universidade



O Exército nas redes sociais

exercito.pt

- @ExercitoPortuguesPRT
- @exercitoportugues_oficial
- Exército Recrutamento
- @Exercito_pt
- 800 20 12 74



662
gostos
187 mil
seguidores

no FACEBOOK:

Decorreu no dia 25 de maio, no Aeródromo de Trânsito n.º 1, em Lisboa, a receção da 2.ª Força Nacional Destacada na Roménia, após seis meses de missão, com o sentimento de missão cumprida.



3993
publicações
70,6 mil
seguidores

no INSTAGRAM:

Em 27 de maio, 87 Cadetes alunos do 1.º Ano da Academia Militar, do Curso "General Roberto da Cunha Batista", juraram perante o Estandarte Nacional defender a sua Pátria e estarem sempre prontos a lutar pela sua liberdade e independência, mesmo com o sacrifício da própria vida.



no YOUTUBE:

O Exercício ORION 23, liderado pelo Comando das Forças Terrestres do Exército Português, contou com o empenhamento de mais de 1200 militares, envolvendo 132 viaturas blindadas, carros de combate e sistemas de fogos indiretos, dos Exércitos de Portugal, Espanha, França, Roménia, bem como observadores dos Estados Unidos da América.

7000
visualizações

6588
seguidores

no TWITTER:

O Exército Português, através da Direção de História e Cultura Militar e em conjunto com a Câmara Municipal de Trancoso, assinalou, no dia 29 de maio, o 638.º aniversário da Batalha de Trancoso, no planalto de São Marcos, em Trancoso.





Dizem que os bancos dão todos o mesmo. E o Santander, o que diz?

O Santander diz que é preciso fazer escolhas.

E a nossa escolha é ser um parceiro do Exército Português e dar condições especiais na abertura de conta, vantagens nas soluções de crédito e também para a compra de casa. Porque nós não somos apenas aquilo que acreditamos, somos o que fazemos com isso.

Somos as escolhas que fazemos.

Saiba mais no Balcão Santander de Abrantes

Ligue +351 241 360 100

Ou escreva para abrantessantander.pt



LUGAR A QUE PERTENCES É AQUI



ASSISTE AO SPOT